



DIÁRIO da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE FEVEREIRO DE 1984

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Daniel Abilio Ferreira Bastos

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 45 minutos.

Em sessão dedicada a assuntos de interesse local, regional ou sectorial, produziram intervenções os Srs. Deputados Silvino Sequeira (PS), João Teixeira (PSD), Ilda Figueiredo (PCP), Horácio Marçal (CDS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Luís Cacito (PS) — que respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Joaquim Miranda (PCP) —, José Vitorino (PSD) — que respondeu a um pedido de esclarecimento e a um protesto do Sr. Deputado Eurico Correia (PS) —, Margarida Tengarrinha (PCP) — que respondeu a pedidos de esclarecimento e a um protesto do Sr. Deputado Eurico Correia (PS) —, Hernâni Moutinho (CDS), Mota Torres (PS) — que respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Correia de Jesus (PSD) —, João Abrantes (PCP) e Carlos Jorge (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Manuel Avelino.
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Alexandre Monteiro António.
Américo Albino da Silva Salteiro.
Ansbal Coelho da Costa.
António Cândido Miranda Macedo.

António Domingues de Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António José Santos Meira.
Avelino Feliciano Martins Rodrigues.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Bento Elísio de Azevedo.
Bento Gonçalves da Cruz.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Eurico Faustino Correia.
Ferdinando Lourenço Gouveia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Henrique Lopes.
Fernando Fradinho Lopes.
Francisco Igrejas Caeiro.
Francisco Lima Monteiro.
Frederico Augusto Händel de Oliveira.
Gaspar Miranda Teixeira.
Gil da Conceição Palmeiro Romão.
Henrique Aureliano Vieira Gomes.
Hermínio Martins de Oliveira.
João de Almida Eliseu.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
João do Nascimento Gama Guerra.
Joel Maria da Silva Ferro.
Joaquim José Catanho de Menezes.
Joaquim Leitão Ribeiro Arenga.
Jorge Alberto Santos Correia.
Jorge Lacão da Costa.
Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.
José de Almeida Valente.

José Augusto Fillo Guimarães.
 José Barroso Mota.
 José Carlos Pinto Basto Torres.
 José da Cunha e Sá.
 José Ferreira Pires Gestosa.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Nunes Ambrósio.
 José Manuel Torres Couto.
 José Maria Roque Lino.
 José Maximiano Almeida Leitão.
 Juvenal Baptista Ribeiro.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Litério da Cruz Monteiro.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel Fontes Orvalho
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Maria Ângelo Duarte Correia.
 Maria do Céu Sousa Fernandes.
 Maria da Conceição Pinto Quintas
 Maria Helena Valente Rosa.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Monteiro Piccioni.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.

João Pedro de Barros.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro
 José Adriano Gago Vitorino.
 José de Almeida Cesário.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Luís de Figueiredo Lopes.
 José Manuel Pires das Neves.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Silva Domingos.
 José Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferrreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.
 Mariana Santos Calhau Perdigão.
 Marília Dulce Coelho Pires Raimundo.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Paulo Carvalho Silva.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Mesquita Araújo Guedes.
 Adérrito Manoel Soares Campos.
 Agostinho Correia Branquinho.
 Amadeu Vasconcelos Matias.
 Amândio S. Domingues Basto Oliveira.
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes.
 António Nascimento Machado Lourenço.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arménio dos Santos.
 Cecília Pita Catarino.
 César Augusto Vila Franca.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando dos Reis Conde.
 Francisco Antunes da Silva.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Manuel Costa Fernandes.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João António Torrinhas Paulo.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Helena Guilherme Bastos.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete de Jesus Filipe.
 Maria Odete Santos.
 Paulo Simões Areosa Feio.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
 Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Henrique Manuel Soares Cruz
 Horácio Alves Marçal.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Miguel Anacoreta Correia.
 Manucl António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.
 Manucl Jorge Forte de Gocs.
 Mário dos Santos Ferreira.
 Narana Sinai Coissoró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Monteiro Taborda.
 Helena Cidade Moura.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
 Octávio Luís Ribeiro da Cunha.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Rúben José de Almeida Raposo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que assistem à sessão os alunos da Escola Secundária de Moura.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silvino Sequeira.

O Sr. Silvino Sequeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Situado na orla noroeste do distrito de Santarém, o concelho de Rio Maior, como muitos dos municípios deste país, debate-se com problemas cuja solução passa pelos gabinetes ministeriais.

Assim, permitam-me que enumere os de maior importância para que quem sobre eles tiver de deliberar não mais adie o que há muito devia de estar decidido, não mais evoque ignorância do que é do seu conhecimento e ouse, por fim, decidir.

No campo da saúde, edificou a Direcção-Geral das Construções Hospitalares um centro de saúde que ficou ao Estado em cerca de 200 mil contos.

Depois da obra terminada — há muito — e de arrumado nas suas dependências equipamento de avultado

custo, pensava a população que finalmente Rio Maior ia dispor de um moderno e eficiente estabelecimento de saúde. Ilusão, porque há vários meses que se espera a sua entrada em funcionamento. Mas o que o impede?

Será que há razões mais fortes do que a razão das obras públicas assim que concluídas ficarem de imediato ao dispor da comunidade? Pensamos que não!

Panorâmica um tanto ou quanto análoga se vive no sector da educação. Depois de muitas diligências da Câmara Municipal e dos concelhos directivos da Escola Secundária, a Secretaria de Estado das Obras Públicas arrancou com a edificação de um novo estabelecimento escolar, face à completa ruptura existente há vários anos nos ensinos preparatório e secundário.

Está praticamente concluída a nova escola, começando a funcionar em pleno no próximo ano lectivo. Só que, inexplicavelmente, ou nem tanto como isso, a escola — uma S U 24 — não vai resolver a falta de instalações dado que só poderá albergar um pouco mais de metade da actual frequência da secundária.

O que teremos em Outubro? O ciclo preparatório continua em ruptura, pois deveria ir ocupar instalações da escola secundária, só que não vai porque a nova não é suficiente!

Para esta situação têm sido várias vezes alertados o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado das Obras Públicas. Por que se espera pela decisão de edificar a 2.ª fase que dotará Rio Maior com uma escola secundária tipo E S 42 que é a indicada? Razões económicas? Então, não será mais oneroso para o erário público fazer regressar daqui a algum tempo ao local onde agora estão os estaleiros da firma construtora?

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só falta edificar mais um bloco de salas de aulas para que quer o ciclo preparatório quer a escola secundária fiquem com as instalações suficientes para o seu normal funcionamento.

Será esta a forma mais rigorosa de gerir os dinheiros públicos?

Srs. Governantes, se em momentos de normalidade económico-social não se accitam nem se compreendem as situações atrás referidas, muito menos em períodos em que tantos sacrifícios são pedidos aos portugueses!

Quanto à rede viária, e como é do domínio público, a estrada nacional n.º 1 passa pelo meio de duas localidades do concelho de Rio Maior: Asseiceira e Alto da Serra.

Aplausos do PS.

Aqui sucedem-se os acidentes, as mortes. Para reflexão aludo que uma família de Asseiceira já perdeu 7 familiares nos últimos anos, na sua maioria menores, e por atropelamentos quase sempre motivados pelo excesso de velocidade de quem conduzia e pela incapacidade dos que deveriam de velar pela integridade dos peões.

Nas horas de dor e perante a inoperância das entidades responsáveis, os populares ameaçam com cortes de vias, barricadas. Nesses momentos acenam-lhes com uma variante da estrada nacional n.º 1 que retirará a circulação automóvel das povoações. Mas o tempo corre e as mortes e os acidentes continuam!

Será que as povoações para a sua salvaguarda necessitam de utilizar os meios ilícitos atrás referidos? Terão elas que deixar de ser pacíficas, ordeiras e aca-

tadoras das leis vigentes para que os seus legítimos direitos sejam respeitados por quem tem obrigação de os garantir?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com um pequeno parque industrial, relevem-se as unidades alimentares e metalomecânicas, a principal actividade económica do concelho de Rio Maior assenta na agricultura com especial incidência na pecuária, avicultura e vitivinicultura que, como VV. Ex.^{as} sabem, atravessam agudíssimas dificuldades: o aumento contínuo das rações — os produtores vendem o seu gado e as suas aves a preços inferiores ao rendimento do capital investido —; o vinho é comercializado a valores nada compensatórios, com a agravante de agricultores só receberem faseadamente, sendo a parcela final recebida vários meses depois do acto da venda, o que é também a diminuição do poder de compra!

Esta degradação da vida económica reflecte-se no comércio concelhio que se desenvolveu, de forma acelerada, nos anos de intenso lucro na agropecuária.

Para os comerciantes, trabalhadores e agricultores riomaiorense os dias de hoje são de angústia e, em alguns casos, de desespero.

Porém, muitos de nós alimentamos a esperança num futuro melhor para Rio Maior e para o País a partir do reaproveitamento de uma das mais significativas riquezas do nosso subsolo, as lenhites, cerca de 35 milhões de toneladas que, como escreveu no século passado Pinho Leal, «só se não exploram, por desmazelo, ou por falta de capital».

Cabe a este Governo materializar a nossa esperança, decidindo, de uma vez por todas, se vai arrancar com aquele empreendimento mineiro, conforme anunciou na apresentação do seu programa de acção governativa.

Desde que rigorosamente salvaguardado o impacte ambiental provocado pela exploração a céu aberto, utilizando os meios tecnológicos aconselhados pelos técnicos da EDP, nós, como os órgãos autárquicos e a maioria do concelho de Rio Maior, somos pelo aproveitamento daquela riqueza mineral e consequente instalação de uma central térmica.

E isto porquê? Porque com o aumento do preço dos combustíveis fósseis o empreendimento é rentável, prevendo-se durante o período de exploração uma média anual do VAB — Valor Acrescentado Bruto —, de mais de 2 milhões de contos, totalizando no fim da vida complexo de cerca de 50 milhões de contos; porque o País poupará cerca de 40 milhões de contos de divisas; pela importância político-económica de se incentivar a substituição de importações pelo aproveitamento dos nossos recursos naturais. E somos favoráveis, ainda fundamentalmente, pelos aspectos sócio-económicos de impacte regional que não se circunscrevem ao concelho de Rio Maior, mas também ao agrupamento de municípios que o circundam: Santa-rém; Alcobaça, Caldas da Rainha, Cadaval e Azambuja.

De entre outras saliento os efeitos complementares dinamizados pelo complexo, como a construção da via férrea que enriquecerá de sobremaneira os acessos de e para a região; as futuras explorações dos diatómitos — a maior reserva do País — das argilas que

abastecerão a indústria cerâmica da região e das areias cauliniferas.

Relevo, também, o forte impacte que produzirá na actividade económica concelhia e regional a chegada de um elevado número de trabalhadores, cerca de 35 % da população activa do concelho de Rio Maior. .

A criação de novos postos de trabalho a nível local e regional ter-se-á de dirigir para as seguintes áreas: desempregados, reconversão de trabalhadores do sector primário e jovens que nos anos mais próximos terminem os seus estudos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há duas povoações — Cidral e Casais do Cidral — que, por se situarem sobre o jazigo lenhítico, há 17 anos que não sabem se ficam nesses lugares nem podem fazer quaisquer construções.

Apesar das promessas dos sucessivos governos a situação de indecisão e paralisação permanece. A paciência destas populações está a chegar ao fim, pois consideram-se cidadãos com menos direitos e com mais deveres, pelo que desta Câmara apelo ao Governo que inicie o mais rapidamente possível os processos de indemnização e de realojamento daquelas pessoas — cerca de 500 — independentemente da decisão do aproveitamento das lenhites.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As gentes de Rio Maior confiam neste Governo, que ele as não desiludirá

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira.

O Sr. João Teixeira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma delegação desta Assembleia, no âmbito e por deliberação da Comissão de Equipamento Social e Ambiente, terminou na passada segunda-feira uma visita de 4 dias a Trás-os-Montes e Alto Douro para contacto com as realidades locais no sector das vias de comunicação e dos transportes.

Estamos em crer que o objectivo da sensibilização dos deputados para os problemas da nossa região terá sido atingido. Por outro lado, do diálogo directo com os autarcas locais, ficou bem patente a preocupação comum de eliminar o isolamento, condição prévia e fundamental para todo e qualquer desenvolvimento regional e para um racional aproveitamento das potencialidades locais.

É que, efectivamente, mau grado as intervenções já anteriormente aqui produzidas em diversas ocasiões e por diferentes deputados daquela região, pese embora o reconhecimento de que alguns esforços foram feitos pelos últimos governos no sentido de minorar o atraso secular e o confrangedor esquecimento a que sempre foi votada, a região transmontana continua a debater-se com as carências mais acentuadas deste país, permanece ainda na posição mais expressiva do gráfico das assimetrias inter-regionais. E valerá a pena lembrar aqui que, para além das reconhecidas e tão publicitadas assimetrias litoral-interior, também entre as próprias regiões do interior existem desigualdades marcantes e significativas, o que nos leva a concluir que mesmo

o desenvolvimento do interior, quando eventualmente promovido ou incentivado, nem sempre o tem sido forma equitativa e tendo em conta as realidades e potencialidades locais, e muito menos na razão directa das carências e inversa do nível de vida das populações.

E ainda aqui, neste desequilíbrio mais restrito, é a nossa região a mais afectada e desfavorecida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já começa a tornar-se fastidioso e monótono lembrar que em Trás-os-Montes as vias de comunicação são péssimas ou inexistentes, que os meios de transporte para os grandes centros são escassos e morosos, que as deslocações são difíceis e constituem uma angústia permanente para quem é obrigado a fazê-las, que a cobertura da Radiotelevisão Portuguesa é a pior do País, enfim, que Trás-os-Montes continua muito longe e afastado do resto de Portugal.

As populações transmontanas, cujas gritantes carências são ainda mais afrontosas numa época em que tanto se fala de solidariedade nacional, correcção de assimetrias e desenvolvimento regional harmónico, continuam a pagar a sua quota parte para as estradas que não têm, para os transportes que não usufruem, para uma televisão que não vêm ou vêm muito mal, para equipamentos sociais colectivos a que não têm igual acesso, ou seja, os transmontanos apenas são considerados em igualdade como contribuintes e logo esquecidos ou discriminados como beneficiários de corpo inteiro.

E é, por exemplo, nesta linha de preocupações que não poderemos silenciar, e muito menos aceitar, as intenções já ciclicamente avançadas pela CP de encerrar as linhas do Corgo, Tua e Sabor, ou inviabilizá-las através do encerramento de estações e da acelerada degradação do material circulante sem quaisquer contrapartidas, bem como a vontade manifestada pela TAP de acabar com as ligações para o interior — a chamada TAP Regional — (e aqui queria abrir um parentesis para ressalvar que a actual comissão administrativa já comunicou que tal não vai suceder), ou ainda o estabelecimento de prioridades para a melhoria de razoáveis vias de comunicação já existentes, em detrimento ou prejuízo de quem, em plena era espacial, ainda é servido por sinuosos e esburacados caminhos rurais.

Resumindo: não podemos aceitar pacificamente que aumentem o nosso isolamento!

Se o Estado suporta os custos sociais dos transportes nos grandes centros, temos que convir que não colhe o argumento de que os transportes de e para Trás-os-Montes terão que ser economicamente rentáveis ou, como única alternativa, pura e simplesmente eliminados. Tal como não poderemos aceitar que as dificuldades financeiras da RTP no campo de investimento impliquem sistematicamente a exclusão ou protelamento *sine die* dos equipamentos programados e indispensáveis para a cobertura da região transmontana, enquanto outras vão sendo beneficiadas.

Estes apenas alguns exemplos de uma diferença de tratamento a que urge pôr fim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos perfeita consciência da realidade nacional e da crise que neste momento nos afecta. Não desconhecemos que o actual Governo está na fase inicial do seu mandato e que as dificuldades financeiras condicionam e limitam a sua acção.

Sabemos que a situação de Trás-os-Montes não é de agora, e que vem muito de trás, é secular!

Mas isso não invalida o direito que nos assiste de exigir que se olhe de uma vez por todas para Trás-os-Montes sem complexos ou compadecidos paternalismos, mas com o realismo, a equidade e a urgência que implica o reconhecimento de que os custos de interioridade fazem parte da verdadeira solidariedade nacional e, como tal, não são um privilégio mas antes um direito inquestionável.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mais, portanto, do que lembrar ao Governo a assunção dos custos de interioridade em consonância com as suas próprias afirmações de princípios — e que mereceram o nosso apoio e aplauso —, é a sensibilização desta Assembleia que nos motiva, para que as intervenções dos representantes eleitos pelo povo transmontano não sejam entendidas como lamentações ou o esmolar de compadecidos e ceremoniosos aplausos formais ou reconhecimento e aceição passiva da existência de uma situação de desigualdade tradicional e insolúvel, mas antes e só como a defesa claramente assumida do princípio de que a verdadeira e eficaz correcção de assimetrias exige a aceitação consciente de abdicar temporariamente do progressivo desenvolvimento das zonas mais evoluídas em favor do desenvolvimento das regiões atrasadas, invertendo de forma acentuada a ordem de grandeza dos investimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De contrário, continuaremos a empollar o que já é grande, a atrofiar ainda mais as zonas carenciadas e, o que é mais grave, a fomentar o fluxo migratório das populações do interior para os grandes centros já superpovoados e o desenraizamento dos nossos descendentes das suas terras de origem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo transmontano, cuja serenidade e capacidade de resistência às adversidades não deve confundir-se com abdicação ou cedência, que não reivindica impossíveis, e que tem suprido a falta de intervenção estatal com a sua determinação e arreigado amor à terra dos seus antepassados, acreditou no desafio dos custos da interioridade. Há que passar do entusiasmo das palavras à realidade das concretizações!

Aplausos do PSD, do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sem pretender fazer uma análise pormenorizada dos inúmeros problemas que afectam a população do quarto concelho do País, com cerca de 270 mil habitantes, vou hoje aqui abordar as graves carências no que se refere ao equipamento social, nomeadamente no campo da educação e da saúde, em Vila Nova de Gaia.

No que se refere ao equipamento escolar, são graves as carências de estabelecimentos de ensino a nível preparatório e secundário, mas sem dúvida que o

caso mais grave é o da freguesia de Canidelo, uma das mais populosas do concelho onde a maior parte das crianças tem de desistir da escolaridade obrigatória, porque, devido às dificuldades económicas dos pais, não lhes é possível pagar as deslocações para o centro da vila, onde, aliás todas as escolas estão superlotadas, como acontece também com a preparatória de Arcoselo.

Há 2 anos que há um projecto a nível governamental para que a construção arranque, faltando apenas abrir concurso. Tudo apontava para que as obras ficassesem prontas este ano; esperava-se mesmo que até Outubro as escolas estivessem construídas. Só que assim não pensou o Ministro do Equipamento Social que decidiu, pura e simplesmente, «cortar» do plano de investimentos para 1984 a construção destas escolas.

Agora, diz o Ministro da Educação, há que resolver o problema numa situação de emergência. Mas como? Como é que isso vai ser resolvido, quando se sabe que no concelho de Gaia, por exemplo, há cerca de 30 salas de aulas de ensino pré-primário, feitas pela Câmara Municipal, que estão prontas para entrar em funcionamento, mas que não funcionam porque o Ministro da Educação não coloca lá o pessoal necessário para o seu funcionamento? ... E as 30 salas de aulas continuam fechadas, apesar de haver imensas crianças sem terem acesso ao ensino pré-primário.

É um escândalo completo o da falta de funcionamento das escolas pré-primárias no nosso país, apesar da sua existência.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Mas se a situação no campo do ensino é grave, é calamitosa, atingindo centenas e centenas de crianças, no campo da saúde o concelho também não está em melhores condições, agravado agora com o alargamento de zona do Centro Hospitalar, sem ter sido dotado com as condições essenciais ao seu normal funcionamento.

Aliás, não é o alargamento de zona que está em causa, como refere mesmo a direcção clínica do Hospital, mas sim as carências enormes no que se refere ao equipamento nos blocos operatórios, às instalações saturadas ou em más condições, à insuficiência dos quadros de pessoal, desde médicos a enfermeiras, passando pelos administrativos.

Ao falar de instalações, há que referir também o estado caótico em que se encontra o ex-Sanatório Marítimo do Norte, em Francelos, onde está instalada uma parte do serviço de ortopedia, com 20 camas e em que uma ala do edifício continua em ruínas, apesar das várias promessas de recuperação das instalações.

Entretanto, quase ao lado, continua encerrada a antiga Clínica Heliántica que dispunha de boas instalações, de 50 camas e de um bom bloco operatório. O que lá se passou foi um escândalo: há 2 anos, o Banco Português do Atlântico comprou o edifício e encerrou a clínica, estando neste momento tudo sem funcionar, enquanto, por exemplo, no Centro Hospitalar de Gaia os doentes acumulam-se nos corredores, quando há ainda lugares.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — É uma vergonha!

A Oradora: — Aliás, só a qualidade e o empenhamento dos que lá trabalham permitem superar as

enormes dificuldades que diariamente surgem com doentes que já nem nos corredores cabem.

Mas, ao falar de instalações, não pode ser esquecido um outro grave problema com que se depara o concelho de Vila Nova de Gaia: é o caso do Tribunal de Gaia que funciona num edifício antigo e demasiado pequeno para as necessidades da comarca.

No edifício do tribunal há apenas uma sala de audiências, a servir uma comarca tão grande, o que obriga a que a maior parte dos julgamentos seja realizada nos gabinetes dos juízes.

E, se os senhores deputados entrarem no edifício, deparam logo à entrada, no átrio, com inúmeras motorizadas e bicicletas, que se chegam a acumular ao longo das escadas, assim como outros milhentos artigos, um espectáculo lamentável que dificulta o trabalho e que não dignifica a justiça.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — É incrível!

A Oradora: — Supõe-se, pois, senhores deputados, que Vila Nova de Gaia não continue a ser considerado apenas um lugar de passagem para o Porto e que os ministros que por lá passam não se limitem a fazer declarações de intenção em visitas ocasionais, tentando assim escamotear as carências e adiar as soluções urgentes que se impõem.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Horácio Marçal.

O Sr. Horácio Marçal (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O documento emanado em Novembro de 1983 do Ministério da Saúde, intitulado «Contributos para a Regionalização dos Serviços de Saúde», teve a intenção de «proporcionar uma base organizacional à desejada reestruturação do sector».

Esse estudo, lê-se no preâmbulo, tem os seguintes objectivos:

Racionalizar a oferta de serviços evitando as duplicações; assegurar serviços de saúde efectivamente acessíveis a todos os cidadãos; descentralizar técnica e administrativamente os serviços; propor um modelo de gestão adequado à realidade nacional; assegurar a participação das populações na solução dos seus problemas de saúde.

Afirma-se na introdução que a organização sanitária de um país depende da sua estrutura política e administrativa, das suas tradições e da sua evolução histórica.

Infere-se destes textos que o Ministério da Saúde concebeu este documento, para que ele seja uma base fundamentada de reflexão e, após consulta aos poderes autárquicos, se optar por uma regionalização dos serviços de saúde, adaptado à realidade nacional e assente na estrutura político-administrativa do País, nas tradições e na evolução sócio-económica de cada região.

Se, temos, por um lado, de louvar o esforço e a boa intenção que presidiu à publicação do referido

volume, não podemos, por outro, deixar de apontar os erros ali inseridos, os critérios discutíveis, assim como as soluções menos adequadas e que se prevê vir a implementar-se para a regionalização da rede hospitalar do País.

As constatações e as discordâncias a nível distrital, de Norte a Sul do País, têm sido generalizadas e as vozes, quase em uníssono, têm clamado, de Viana do Castelo a Castelo Branco, Aveiro, Leiria, Tomar, etc. — e ainda há dias, nesta Sala, os Srs. Deputados Silva Marques e Portugal da Fonseca confirmaram esta asserção —, chamando a atenção do Ministério da Saúde para que não se leve por diante a execução do referido projecto. As decisões das assembleias municipais têm sido concludentes.

Poderá haver, num caso ou outro, uma certa dose de bairrismo a contrapor-se às soluções mais isentas e mais aconselháveis às realidades de cada zona, mas há, com certeza, muitas doses de razões, argumentos válidos, que, tendo sido invocados, não podem deixar de mercer uma reflexão profunda do Ministério da Saúde, para que este projecto, que se pretende venha a contribuir para beneficiar a assistência hospitalar, não se transforme num foco de desestabilização geral no sector da saúde e que, em vez de contribuir para um melhor apoio às populações, lhes venha a dificultar ainda mais o acesso aos meios auxiliares de diagnóstico, ao internamento e à medicina curativa.

Assim, permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, nesta Assembleia da República, como deputado pelo círculo de Aveiro, com a experiência que me deu mais de 20 anos o contacto com as populações rurais e urbanas do Centro do País e como ex-diretor clínico, mais de 6 anos, de um hospital distrital e cumulativamente com a experiência que me adveio de alguns anos na gestão hospitalar, transmitem aqui as minhas grandes preocupações que, sei, interpretam o sentir da maioria dos profissionais de saúde e das populações do meu distrito com quem tenho contactado.

Assim, no que concerne ao distrito de Aveiro, começo por referir que os critérios apontados enfermam de premissas erradas, soluções que não correspondem aos superiores interesses das populações e não respeitam o aproveitamento de instalações existentes, nem o material técnico e humano.

Defende o projecto de regionalização de saúde que o distrito de Aveiro fique amputado de 8 concelhos: Espinho, Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca, Castelo de Paiva e Mealhada, os 7 primeiros dependentes da zona metropolitana do Porto, e o da Mealhada, adstrito a Coimbra.

Se, quanto a este último concelho, pouco há a contrapor, dado a sua proximidade dos hospitais de Coimbra, já o mesmo não sucede relativamente aos restantes.

Por outro lado, o documento propõe a eliminação do Hospital de Águeda, fazendo-o regredir para centro de saúde só com medicina geral, saúde materno-infantil, escolar e oral, profilaxia das doenças evitáveis, reabilitação, oftalmologia não especializada, otorrinolaringologia não especializado, saúde ocupacional, consulta de saúde mental e higiene do ambiente. Este centro de saúde só teria o internamento de medicina geral,

obstetrícia, pediatria médica, convalescentes e doentes de evolução prolongada.

Ora, o Hospital de Águeda, que, com o de Aveiro, forma o Centro Hospitalar de Aveiro Sul, é um estabelecimento idóneo e com grandes tradições que vêm de há mais de 60 anos na cirurgia geral, medicina interna, obstetrícia, radiologia e anestesiologia; de há décadas, na cardiologia, pediatria, análises, ortopedia, etc. Tem 115 camas, 23 médicos de carreira hospitalar, 72 enfermeiros e 106 funcionários.

Esteve este Hospital sempre na vanguarda dos hospitais do distrito de Aveiro, sendo até o primeiro a possuir: em 1930 serviço de raio x; em 1940 serviço de sangue; em 1947 serviço de electrocardiografia; em 1950 anestesia com aparelho de circuito fechado; em 1967 sala de recobro; em 1972 aparelho de ventilação artificial; em 1975 cardioscópio e desfibrilhador.

Nestes últimos 10 anos o hospital foi totalmente remodelado na cobertura e em todo o rés-do-chão, apetrechado com a nova aparelhagem no bloco operatório, laboratório de análise, radiologia, pediatria e no serviço de urgência.

O seu movimento foi, em 1983, de 3144 internos, 28 354 dias de hospitalização, 8574 consultas e 27 510 doentes atendidos no seu serviço de urgência, sendo destes 1393 internados na sala de observações, para além de 49 150 análises e milhares de outros tratamentos e assistência noutros sectores especializados.

Numa região em notável crescente demográfico e sócio-económico e das primeiras do País no incremento comercial e industrial, lembre-se que só o concelho de Águeda tem quase 600 empresas, que facturam 30 milhões de contos/ano, com grande sinistralidade da estrada nacional n.º 1 e de um poder de fixação que lhe dá todo o parque industrial, não só de Águeda como dos concelhos vizinhos de Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Anadia. Com todos estes dados, como é que se quer eliminar um hospital, não atendendo aos indicadores que aqui são ditados pela realidade e não pela afectividade que emanam do bairrismo?

Tal como atrás refiro, o projecto, no que concerne ao norte do distrito, não especifica qual o tipo de hospitais daquela zona, pois insere-se na área metropolitana do grande Porto, desencadeando um rude golpe na unidade distrital que se deve preservar a todo o transe, de mais a mais porque se podem encontrar outras soluções que não prejudiquem as populações, antes as beneficiem.

Essas deliberações devem passar pelo início urgente das obras do Hospital da Feira, mais que legítima aspiração das gentes das terras de Santa Maria, que lhe vem sendo sucessivamente prometido, sem contudo, nunca se ter concretizado.

O hospital do maior concelho do distrito que é a Feira, deverá, conjuntamente e interligado com São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, com meios diferenciados e valências ao nível dos hospitais sub-regionais, assegurar assistência hospitalar necessária, eficiente e contínua às populações dos concelhos de Espinho, Ovar, Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva e Arouca, que totalizam aproximadamente 300 000 habitantes.

Daqui se infere que, se o Estado quiser rentabilizar os serviços, economizando divisas e servir melhor as populações, não poderá deixar de considerar que o grande pólo de desenvolvimento, que é o distrito de

Aveiro, o terceiro deste país, reúne condições, pelas razões atrás expostas e por outras que será fastidioso enumerar, para aqui ser sediada uma região hospitalar que coordene e interligue a actividade de todos os hospitais do distrito.

Essa região hospitalar deverá ter a sua sede na cidade de Aveiro, com um hospital regional, com as valências possíveis e que integrará o sub-regional para os concelhos de Aveiro, Murtosa, Estarreja, Ilhavo, Vagos e parte de Oliveira do Bairro:

- 1) Sub-região Aveiro Litoral, com sede na Feira, para os concelhos de Feira, Espinho e Ovar;
- 2) Sub-região Aveiro Norte, com sede em São João da Madeira ou Oliveira de Azeméis para os respectivos concelhos e ainda os de Vale de Cambra, Castelo de Paiva e Arouca;
- 3) Sub-região Aveiro Sul, com sede em Águeda, para os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Anadia e parte de Oliveira do Bairro.

Neste programa deve ser considerado o aproveitamento das camas e dos serviços dos Hospitais de Espinho, Ovar, São Paio de Oleiros, Albergaria-a-Velha e Anadia, não só como enfermarias de retaguarda, mas também para o exercício da actividade médica, de acordo com as tradições, as instalações e aparelhagens existentes.

Para além da construção do Hospital da Freira, do redimensionamento do Hospital de Aveiro, brevemente com 500 camas, que terá de ser adaptado ao *ratio* de 2,6 camas/por 1000 habitantes, mais 0,2 camas por 1000 habitantes como hospital regional; a definição das valências nos Hospitais de São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, terá o Ministério da Saúde de programar, a breve prazo, a ampliação do Hospital de Águeda para 300 camas, de acordo com o recente estudo levado a cabo pelos serviços responsáveis daquele hospital e já comunicado ao Sr. Ministro da Saúde.

Um distrito em franco progresso no sector privado não pode regredir no sector estatal e muito menos na área da saúde, pelo que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, me permitem que chame a atenção do Governo no sentido de não retirar regalias às populações aveirenses.

Esta é uma região onde a criatividade, o progresso e o trabalho estão solidamente instalados, o que me permite, em consciência, solicitar ao Ministro da Saúde que encare, com o realismo, a profundidade e a importância que o caso impõe, as propostas agora apresentadas, na convicção de que foram elaboradas como o conhecimento que advém da vivência no seio das tradições, dos meios existentes, das situações sócio-económicas, demográficas e viárias do distrito.

Esta contribuição visa, acima de tudo, dar uma achega e estabelecer um guião conducente a fornecer dados e a facilitar os critérios de opção e de definição da rede hospitalar de Aveiro, que se pretende seja eficaz e sirva, cada vez mais, os superiores interesses das populações.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Poder Local é hoje uma realidade tão fortemente e tão complexamente vivida que se torna apenas explicável pelas suas profundas raízes históricas.

O poder local é de facto um valor cultural do nosso povo. É através dos laços com a sua terra que o homem encontra possibilidades de entender o País global, é na sensibilidade criada perante os casos concretos da sua região que o homem dá os primeiros passos para poder descodificar situações e partir para o entendimento da sociedade e para a generalização dos problemas. Eça de Queirós escreveu: «É necessário prender os homens àqueles lugares que lhe dão hábitos, afeições, recordações; é necessário dar-lhes nos seus domicílios, nas suas localidades, nos seus municípios, a importância política compatível com a ordem geral. Uma das coisas mais fortes da vida social é o patriotismo da localidade».

Este patriotismo da localidade guardou durante os anos de ditadura em Portugal a chama da liberdade, da força política do povo. Inúmeros os palcos abandonados, as orquestras caladas, as sociedades desertiificadas que como por magia renasceram no 25 de Abril.

Como inúmeras também aquelas sociedades que durante o fascismo, nas suas bibliotecas, na sua cercaada actividade cultural mantiveram a luz da esperança.

Nunca será de mais falar da importância do poder local na democratização do nosso país, no estruturar dos valores sociais, nas dinâmicas, do desenvolvimento, tal como nós o entendemos.

Chegam-nos, por exemplo, notícias do empreendimento mineiro de Neves Corvo, em fase de implementação e que é já em si um factor aculturado pela população.

Castro Verde impõe ao novo empreendimento as suas próprias coordenadas. Região onde o poder local vive ligado às populações não só para resolver os velhos problemas da satisfação das necessidades primárias, mas para criar novas necessidades, tem já hoje uma tradição de defesa do ambiente, da qualidade de vida e do património cultural.

A empresa concessionária das minas conscientizou esta situação e, levada pela dinâmica criada, também ela se interessou em promover na sua área investigações sobre a defesa do património cultural que eventualmente poderia ser prejudicado e executou estudos sobre a fauna e a poluição do ambiente.

Para assim que haverá possibilidades, através de forte implantação do poder local, de criar condições de desenvolvimento que envolva a própria população e que o novo empreendimento não seja um corpo estranho, gerador de tensões, mas uma iniciativa que respeita a terra e os homens; capaz por isso de criar desenvolvimento económico, social e cultural.

O MDP/CDE face ao seu conceito de democracia e de desenvolvimento confia em acções deste tipo que criam riqueza e levam a transformações, às vezes profundas da realidade, dentro dos parâmetros culturais da vida dos povos.

O desenvolvimento do projecto das minas de Neves Corvo e a sua total implementação irão de facto gerar grandes alterações na vida local, não só no desenvolvimento das actividades comerciais e industriais, com

todas as implicações daí resultantes, tanto na criação de novas infra-estruturas, como na abertura à população de novas actividades e de novas profissões.

Tal emprendimento que tudo leva a crer seja positivo, terá de ser acompanhado bem de perto pela sensibilidade do poder local, para que a sua acção, totalmente aculturada, mantenha como até aqui a possibilidade de interacção da parte das populações em relação ao empreendimento.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Muito bem!

A Oradora: — Diferente acompanhamento, mas igual empenhamento se exige da parte do poder central para se evitar situações difíceis, serão assim prioritárias acções como o dimensionamento e criação de infra-estruturas básicas, adaptação urbanística e criação de novas explorações agrícolas que correspondam não só a um aumento da população, mas à introdução de uma população estranha aos hábitos da região.

Será da cooperação da empresa concessionária com a Câmara Municipal e com o auxílio técnico e financeiro do poder central que poderão nascer condições para uma situação nova e francamente positiva.

A agricultura, o comércio, a pequena indústria e os serviços têm, segundo a Câmara, papel importante na criação de novas condições, para uma vida nova e diferente.

Aponta-se o desenvolvimento de sectores fundamentais como a agro-pecuária e silvo-pastorícia.

Castro Verde é uma das regiões mais carenciadas de todo o Alentejo pelo desconhecimento até hoje de potencialidades e riquezas próprias de fácil desenvolvimento. Sempre o poder central esteve de costas voltadas e tradicionalmente ausente dos seus problemas e mesmo da sua existência.

Hoje a situação endógena está totalmente alterada, o MDP/CDE chama assim a atenção do poder central para o facto desta região ser objecto rapidamente de uma inteligente e sensata intervenção, através da realização de estudos aprofundados no plano de transformação das suas estruturas e através de financiamento de um plano especial que visa eliminar as principais carências e animar os principais sectores económicos e sociais com particular destaque para a agro-pecuária e pequena e média indústria transformadora.

Esta acção do poder central, conforme promessas já feitas, deverá ser acompanhada muito de perto pelo poder local, pelos agentes sócio-económico locais e pela população em geral. Neste sentido, tem agido e continuarão a agir os representantes de um poder local que atingiu já um nível grande de consciência social, cívica e política.

Os órgãos autárquicos continuarão a dar o seu apoio aos pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, com particular atenção para os pequenos e médios agricultores e seareiros, gente que teima em labutar duramente, apesar de muitas vezes esquecida na sua inserção no processo da Reforma Agrária, a quem os ditos «mecanismos de créditos especiais» raramente chegam.

Os aspectos económicos desta situação em vias de transformação têm importância fundamental se atendermos à pobreza da região, à desertificação nela verificada — é uma zona de emigração — ao índice de analfabetismo, ao desemprego que afecta sobretudo a população feminina.

Mas a Câmara de Castro Verde é, como muitas outras câmaras do País, cada vez mais sensível à melhoria das condições sociais e culturais.

Para além das dificuldades financeiras, criadas por um teimoso medo dos governos em aplicarem a Lei das Finanças Locais, a maior parte das actividades sócio-culturais situam-se em áreas que dependem directamente do poder central, tanto no que refere ao seu enquadramento legal como na construção, manutenção e gestão dos respectivos equipamentos e serviços.

O poder local democrático precisa, no parecer do MDP/CDE, de um alargamento substancial destas áreas e é convicção nossa que neste espírito deve ser definida por lei a limitação e coordenação de competência do poder central e do poder local.

Dar capacidade legal e capacidade financeira às autarquias não só serve a entidade e a felicidade das populações como asseguram possibilidades de um desenvolvimento cultural e económico dentro de normas democráticas, aproveitando da melhor maneira, a força e a criatividade do nosso povo.

O papel desta autarquia por exemplo do período anterior a 1977 foi nulo no domínio da animação da vida sócio-cultural da população do concelho, depois das primeiras eleições, quando a APU ficou majoritária na Câmara, pela primeira vez se lançaram algumas iniciativas que preencheram no mínimo o espaço das actividades culturais tendo-se desde aí nomeadamente lançado as seguintes iniciativas: reanimação dos tradicionais festejos populares nas diferentes localidades, quer de carácter religioso, quer de carácter pagão; inventariação do património edificado do concelho; levantamento fotográfico desse património com particular destaque de todos os edifícios religiosos; melhoria do estado de conservação das capelas e igrejas; levantamento e revitalização do pouco artesanato que subsiste principalmente ao nível da tecelagem; apoio e acompanhamento de um programa de identificação, prospecção e escavações arqueológicas que permitiu a identificação e caracterização de inúmeras estações, apoio este que tem sido dado a uma equipa de arqueólogos da Faculdade de Letras de Lisboa que há anos a esta parte ocupa o período de férias no concelho nesta actividade; apoio e dinamização do grupo coral do concelho; promoção de encontros de folclore alentejano; a realização de espectáculos de teatro em lugares onde nunca tal tinha acontecido; levantamento de poetas e poesia da área com a promoção de serões de convívio com a participação dos poetas; edição periódico de um suplemento cultural no *Boletim Municipal*; apoio quer financeiro, quer de transportes a colectividades locais que promovem actividades culturais a título de exemplo, refere-se o funcionamento de uma escola de música numa colectividade que há mais de 30 anos tinha os instrumentos da banda encaixotados; apoio e dinamização de cursos de alfabetização encontrando-se destacada no município uma coordenadora da Direcção-Geral de Educação de Adultos; a promoção de cursos de alfabetização para os trabalhadores da Câmara.

Relativamente ao ano de 1984 será lançado em centro de ocupação para tempos livres para jovens que irá desenvolver importante actividade cultural estando programadas de entre outras as seguintes actividades: escola de tecelagem, biblioteca, escola para

bordados, actividades de culinária regional, atelier de artes plásticas, etc.

O MDP/CDE apontou o exemplo de Castro Verde, que conhece especialmente bem, mas muitos mais se poderiam apresentar.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito para uma intervenção.

O Sr. Luís Cacito (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em recente resolução do Conselho de Ministros, o Governo português pronunciou-se no sentido de serem feitos estudos adequados para o relançamento do empreendimento do Alqueva. No texto da própria resolução o Executivo português manifesta claramente que o aproveitamento dos nossos recursos hídricos não deve abrandar e, nesse aspecto, o aproveitamento hidroeléctrico que tem Alqueva por fulcro apresenta inegável interesse económico. De facto, e recordando parte do texto da citada resolução, o «impacte que a realização do aproveitamento hidroeléctrico do Alqueva pode vir a ter, não só na produção de energia eléctrica, com o aproveitamento integral do potencial do rio Guadiana, como na rentabilização de todas as obras de regadio do Alentejo e na resolução de alguns problemas de abastecimento de água às populações, recomenda uma decisão urgente».

No Alentejo deseja-se o relançamento do empreendimento e a sua conclusão, e espera-se que no seu caminho não surjam mais hiatos.

No Alentejo, afirmo-o com conhecimento de causa e pelo meu contacto no dia-a-dia com as suas populações, sente-se a necessidade da obra ser concluída. Raríssimos deverão ser os residentes que se opõem à continuação dos trabalhos. A esmagadora maioria, um elevadíssimo percentual dos habitantes das localidades alentejanas sentem perfeitamente que o projecto do Alqueva deve avançar e que, da sua conclusão, resultarão evidentes benefícios para todo o sul do País, quer no plano económico, quer no social. Ninguém mesmo conseguirá, por muitas razões que sejam apresentadas, alterar este convencimento das gentes da região, convencimento esse que é fruto das realidades locais e do conhecimento certo das suas necessidades e carências.

Para além do aproveitamento hidroeléctrico para que apontam os estudos indicados na parte inicial da Resolução n.º 5/84, do Conselho de Ministros, esperam-se grandes benefícios em diversos sectores de actividade, como sejam o do aproveitamento agrícola, o abastecimento de água e até mesmo em campos pouco referidos como a pesca e o turismo.

No tocante ao abastecimento de água, este sector torna-se dos mais prementes para as populações alentejanas que, Verão a Verão se debatem com o problema da sua escassez.

Perante esse facto, perante a falta do precioso líquido muitas são as populações e os concelhos, cujas câmaras municipais são obrigadas a elevadas despesas para transporte de água aos locais onde as fontes secaram. Só agora, por exemplo — e este é um exemplo que cito entre vários —, é que os moradores da cidade de Beja dispõem de água durante todo o dia.

Não pretendo apresentar nesta intervenção um conjunto de vantagens sobre o que o Alqueva e o seu

empreendimento. Citei uns quantos exemplos, como é lógico, mas as minhas palavras apontam para uma recomendação ao Governo no sentido do Alqueva não ser esquecido, embora, face à referida resolução o empreendimento pareça não ter caído no esquecimento.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — 300 000 contos é que não chegam!

O Orador: — Porém, ainda não há uma decisão definitiva e clara sobre o prosseguimento da obra e isso pode, como é óbvio, preocupar as populações alentejanas. Naturalmente que são necessários estudos de relançamento e há que adequar todos os planos à própria situação de crise económica que o País atravessa. Mas, mesmo assim, parece-nos que todo o investimento feito com a conclusão do empreendimento trará benefícios que contribuirão para desenvolvimento da região, com reflexos a nível nacional.

Vários são os problemas da região alentejana. Parece-me que, por agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Alqueva ocupa um dos lugares de prioridade. Daí que o tivesse seleccionado para o trazer à Assembleia da República neste dia dedicado ao tratamento dos problemas regionais. Trago assim uma mensagem da minha região esperançado que ela chegue ao Executivo e tenha o acolhimento que os alentejanos pretendem traduzido no relançamento e conclusão do empreendimento.

Aplausos do PSD, do PCP, do MDP/CDE e da ASDI.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, como é habitual não há pedidos de esclarecimento nestas sessões. Por isso gostaria de ficar inscrito para pedir esclarecimentos, numa futura reunião, ao orador que acabou de intervir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, nada impede que faça agora o pedido de esclarecimento, mas realmente não é costume.

Em todo o caso, se o quiser fazer agora dou-lhe a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nesse caso, se me permite, vou fazer o pedido de esclarecimento.

Queria apenas dizer que, no fundamental, nos associamos a esta intervenção que acabou de ser produzida, porque aborda as questões assenciais no que respeita ao caso do Alqueva.

É um empreendimento que urge ser relançado. É um empreendimento da maior importância nas suas diferentes componentes, isto é, quer na componente hidroeléctrica, quer na componente agrícola, quer quanto ao abastecimento de água. É, pois, da maior importância.

O único reparo que gostaríamos de fazer é este: de facto, há uma medida do Governo no sentido do relançamento do projecto do Alqueva, mas, simplesmente, pensamos que a verba que lhe é destinada neste momento é extremamente insuficiente para fazer seja o que for no sentido desse relançamento.

Neste momento, 300 000 contos para uma obra deste tipo é, na verdade, bastante insuficiente.

Pensamos que é fundamental que sejam atribuídas mais verbas, para que a obra avance de uma forma rápida, concreta e de modo a dar satisfação aos interesses das populações e da economia nacional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito.

O Sr. Luís Cacito (PS): — Queria apenas, muito rapidamente, dizer ao Sr. Deputado Joaquim Miranda que também partilho essa preocupação em relação à verba.

Estamos a dizer isto e a fazer o possível para que o projecto do Alqueva continue e acabe por ser relançado rapidamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino para fazer uma intervenção.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema que mais uma vez aqui hoje levanto é um exemplo evidente de como em Portugal, infelizmente, se confunde frequentemente o acessório com o essencial ou, de como, por circunstâncias diversas, se pode hipotecar e comprometer o futuro.

Alguns poderão até dizer que eu e outros deputados falamos demais sobre os problemas do Algarve e outros pensam mesmo que todo o País tem múltiplas carencias a que urge dar resposta com igual urgência. Penso que não há incompatibilidade entre os problemas de uma e outras regiões. O que é preciso é que os problemas sejam equacionados numa perspectiva de planeamento global, devendo-se definir af o que são as grandes prioridades nacionais a nível regional. Isto é, tal como a nível macroeconómico e dos chamados grandes equilíbrios se define e executa uma política, também a nível de distritos, ou agrupamentos de distritos, o problema deverá ser equacionado. Trata-se de definir e executar uma política de desenvolvimento regional; trata-se de definir um sólido esqueleto de ordem infra-estrutural em que assente o País e que possibilite a criação de condições para arrancar muitas regiões à tradicional agonia e dê a outras a perspectiva de futuro que hoje provoca o desespero ou, pior ainda, a resignação das populações, e contribui para a manutenção da estagnação e mesmo recessão económica e social. Apenas deste modo se pode arrancar o País ao atraso em que vive.

O caso de hoje respeita à tão falada questão do sistema de barragens do Algarve, estando em causa a falta de aproveitamento das enormes potencialidades agrícolas e turísticas de que dispõe, sendo, talvez, hoje, a região do País donde se possa tirar uma maior riqueza com menor investimento, até mesmo no sentido de enfrentar os desafios da adesão à CEE.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se trata apenas de criar condições para produzir mais riqueza. Mais do que isso, trata-se de manter a vida e garantir que a riqueza actual não sofra qualquer colapso. Trata-se de garantir que continuará a haver água para irrigar as culturas, para abastecer as populações, os residentes e os turistas. Trata-se de pôr termo aos sobressaltos que todos os anos invadem os residentes e os visitantes.

O problema tem hoje a gravidade que se lhe reconhecer com a água do mar a «cavalgar» e a invadir os canais subterrâneos de água doce, devido ao esgotamento progressivo destes, provocando assim uma salinização dos terrenos que, segundo os especialistas, demorarão longas dezenas de anos a recuperar.

A irrigação começa a ser feita na zona litoral com água salobra e a qualidade da água para consumo vai sendo, cada vez, de menor qualidade.

Existe um conflito entre a luta para a conquista de água para abastecer as populações, e irrigar os terrenos em que secam os furos que não são menos profundos.

Os furos que já atingem 200 m de profundidade e os muitos que têm secado, provocam gastos enormes comprometendo, em muitos casos, as poupanças de dezenas de anos feitas pelos agricultores. É o desenvolvimento que pára com receio do futuro.

É este quadro que se depara ao País. E digo País porque sempre entendi que as riquezas agrícolas e turísticas, bem como outras que o Algarve dispõe, são riquezas com amplas repercussões nacionais, no caso agrícola com enorme influência directa no abastecimento dos mercados abastecedores de Lisboa, centro e até do Porto, e no caso do turismo com influência indirecta: através das divisas para a balança de pagamentos.

Durante o ano de 1983 o Governo falou muito neste problema e do Conselho de Ministros saiu mesmo uma resolução, apontando a urgência e decisão em resolver o problema e qual o plano existente, aliás, há já largos anos. Contudo, entrámos em 1984 e a situação está completamente bloqueada, continuando apenas em marcha a barragem do Beliche iniciada em 1981. O sistema completo com a barragem do Funcho/Ode-louca no Barlavento, zona de Silves/Portimão, e mais barragens a Sotavento, e o sistema de ligação entre elas, através de um canal, demorará anos a implementar. E daí que seja absurdo pensar ou admitir que se avance com as barragens quando a água falta nas torneiras, as culturas secaram e o turismo foi fortemente afectado. Nessa altura será demasiado tarde. É preciso prevenir e agir enquanto é tempo. Por outro lado, as pequenas barragens na zona serrana, facilitando a infiltração para recarga dos canais subterrâneos e o desenvolvimento de certa agricultura, também não se incrementaram com o ritmo que se justificava.

Talvez o facto de ter chovido muito este Inverno possa ter tido alguma influência num certo adormecimento pensando-se que o problema estava resolvido por uns tempos. Eu diria que isso foi melhor do que nada, mas, como se sabe, grande parte dessa água foi directamente para o mar e, por isso, no essencial, tudo continua na mesma. Foi melhor do que nada mas praticamente não foi nada. Há também quem diga que no Algarve há muita água subterrânea nalgumas zonas e que, portanto, não há motivo para alarmes. Parece certo que a água existe, mas numa perspectiva de longo prazo penso que é uma falsa questão que ainda não percebi, ou não quero perceber, porque é que é levantada por alguns. É que, falta saber, antes do mais, quais os custos de extração dessa água, que se encontra sobretudo em zonas serranas. Mas, essencialmente, considerado que, presentemente, o consumo de água no Algarve é largamente superior ao grau de recarga das correntes subterrâneas, atestado pelo

esgotamento destas, a pergunta óbvia é a seguinte: mesmo que fosse rentável a extracção e transporte dessa água, isso resolveria o problema por quantos anos? E depois?

É evidente que se esgotariam essas correntes, ou esses lençóis, e considerando ainda que os consumos vão crescer enormemente nos próximos anos, os investimentos feitos seriam perdidos e de novo o problema das barragens voltaria a pôr-se. Perder-se-ia assim dinheiro e tempo por se ter corrido atrás de uma falsa solução.

Penso, assim, que não há voltas nem malabarismos que contradigam o evidente: as barragens no Algarve são uma condição à vida e ao desenvolvimento e sem elas o presente e o futuro podem estar comprometidos. Não se trata assim de uma qualquer reivindicação sem sentido ou de uma mera bizantinisse mas sim, como venho dizendo desde há anos, do problema número um desta região sul do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema é claro, evidente e grave. Nunca serviu nem pode servir para exploração política nem pode suscitar qualquer tipo de leitura ou interpretação que não seja apenas este: o grito ou gritos de alerta chamando simultaneamente para que de uma vez se decida avançar com o plano iniciado em 1981.

Esperar é comprometer o futuro. Comprometer o futuro de forma consciente é tirar sentido ao presente. O PSD espera que o presente tenha sentido e valha a pena, através de um esforço firme do Governo para dar ao País o que o País precisa, implementando o sistema de barragens do Algarve ainda no corrente ano.

Aplausos do PSD.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir, ou dar, um esclarecimento ao Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas recordo-lhe que há tempos limitados.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Serei muito breve. Sr. Deputado nós temos aqui uma missão política mas, em nome da verdade, há certas incorrecções técnicas que não devem ser pronunciadas.

De facto, há recursos subterrâneos no Algarve, mas não na serra, como disse o Sr. Deputado José Vitorino.

A serra tem umas formações geológicas impermeáveis que não permitem que se suspeite que haja água subterrânea.

A água subterrânea existe sim, mas nas formações do Barrocal, já junto ao mar, nas zonas calcárias e nas zonas dolomíticas.

Recentemente, os Serviços Geológicos de Portugal detectaram grandes formações aquíferas e que penso que devem ser aproveitadas enquanto o esquema de barragens não está implementado.

Compartilho as preocupações e a perspectiva do Sr. Deputado José Vitorino, em como o plano a médio prazo tem de ser feito na base da resolução do problema das barragens.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Julgo que aquilo que o Sr. Deputado diz é uma meia verdade.

Como sabe tão bem como eu, no Algarve, a zona a partir do litoral chama-se zona serrana que, em termos técnicos, se chama a zona do Barrocal e sabe que os lençóis freáticos se situam sobretudo a norte de Loulé, e é por aí que se pensa que o lençol freático é mais importante.

De todo o modo, quando diz que se deve proceder à extracção dessas águas no imediato põe-se um problema: penso que isso se deverá fazer se houver uma situação de ruptura eminentemente e também tem de se saber qual a efectiva rentabilidade de um investimento desses em termos de longo prazo.

E esta situação tem de se pôr em confronto com o adiar progressivo da concretização do plano de barragens.

Se o Sr. Deputado me disser que vamos já avançar com o plano de barragens — como, aliás, disse —, se houver uma situação de ruptura de forma a ter de se recorrer a este lençol freático, estou de acordo. Se me disser que isso torna possível a agricultura nessas zonas também estou de acordo. Mas o problema põe-se em termos de quanto é que vai custar ir-se buscar água às zonas onde ela existe e levá-la a longas dezenas de quilómetros e põe-se ainda em saber-se qual a perspectiva de um investimento destes.

Portanto, a questão coloca-se — e nisso estamos de acordo — na urgência de implementação do plano e sistema de barragens do Algarve.

O Sr. Presidente: — Para protestar, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Correia.

O Sr. Eurico Correia (PS): — É só para dizer que estas duas formas são complementares; uma não exclui a outra e a mais imediata será a do aproveitamento dos novos recursos aquíferos, o que não é muito caro.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Penso que recorrer-se a esses lençóis se houver disso necessidade deve ser uma medida imediata, mas o que também tem de ser imediato é concretizar-se o sistema de barragens do Algarve.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Tengarrinha.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Também vai falar do Algarve ...

A Sr.ª Margarida Tengarrinha (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que vou falar do Algarve, nomeadamente de um problema que, se bem que não seja de primeira importância, está a atingir tal gravidade, tal inquietação e está a ser tão mal tratado pelo Governo que o trago a esta Câmara. Trata-se da demolição de casas na Ria Formosa.

Na sessão de perguntas aqui realizada no passado dia 31 de Janeiro, o Sr. Ministro da Qualidade de Vida, pretendendo justificar o facto de dessolidarizar das posições assumidas por câmaras municipais que per-

tencem aos partidos que apoiam o seu Governo, afirmou «ter a consciência tranquila» por actuar de acordo com pareceres técnicos que, para ele «são obviamente discutíveis, mas muito fortes por forma a nos empurrarem num determinado sentido».

Ora, é o mesmo Sr. Ministro que afirma estar ainda em fase preliminar a elaboração do plano de ordenamento da Ria Formosa, cuja conclusão, segundo o mesmo Sr. Ministro, se prevê só para dentro de 6 a 8 meses.

Assim, voltamos a perguntar se a única atitude prudente, e minimamente sensata, não seria suspender entretanto as demolições na zona da Ria Formosa. Porque os tais «pareceres técnicos» a que o Sr. Ministro confere a força de ditarem tais demolições, apesar de considerá-los «obviamente discutíveis», não deveriam nunca antecipar-se a um estudo sério e fundamentado como certamente terá de ser o plano de ordenamento da Ria Formosa.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — É caso para dizer que «andar a carroça adiante dos bois», nunca fez bom caminho e não leva longe.

Ora, quando o Sr. Ministro apresenta alguns pareceres, dizendo que são pareceres técnicos, os únicos que cita são relativos a um estudo feito para o III Congresso do Algarve por 3 autores, que o Sr. Ministro também cita. Mas eu estive presente nesse Congresso, debati o problema com os próprios autores e devo dizer que a situação é um pouco diferente.

O que os autores dizem é que não é indispensável demolir-se as casas; eles apresentam um estudo dos ecossistemas costeiros, dizendo onde há cargas demasiadas na zona dunar. E não avançam mais do que isto.

Portanto, se isto é um estudo técnico que fundamenta as demolições de casas, para mim não é concludente. Penso que, de facto, seria de esperar o plano de ordenamento da ria seriamente feito. Inclusivamente, as comissões mistas, formadas com organismos do Governo, tendo estado a estudar o problema, nuns casos chegaram a alguns consensos no sentido da não destruição e noutras não — e estes virão ao Governo —, o que mostra que há que parar com a grave situação que se estava a atingir com a demolição das casas.

Entretanto, quero dizer que em nenhum dos consensos se chegou à conclusão clara e nítida de que se deve demolir.

Não há nenhuma autoridade para impor sem antes estar feito o plano de ordenamento da ria, sem estarem provadas as razões pelas quais as casas deveriam ser destruídas. E, quanto a nós, deverão ser expostos os objectivos para aquela área porque nisso o Sr. Ministro não foi concludente.

O Sr. Ministro da Qualidade de Vida defendeu-se dizendo que não era num turismo de luxo em que provavelmente nós estarmos a pensar. Só que o Sr. Ministro fala em turismo de qualidade. E nós perguntamos: que multinacionais estarão já interessadas nesse tal turismo de qualidade para a Ria Formosa?

Nós pensamos que os objectivos para aquela área deverão ser expostos às próprias populações; dizemos

que o trabalho feito para aquela área deverá ser posto à consideração das populações e das comissões de moradores; e perguntamos que medidas têm sido tomadas para terminar com o problema dos esgotos poluentes, da recolha de areias em várias zonas.

Queria ainda dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, quando o Sr. Ministro afirma que não têm sido destruídas casas de pescadores e que serão respeitados os seus núcleos históricos, não é só disso que se trata.

Admitimos que os núcleos históricos serão respeitados, só que os pescadores habitam em zonas como as ilhas de Faro, da Cobra, do Côco, da Barreta e do Farol, que são ilhas onde não podemos dizer que há núcleos históricos. Nestas ilhas existem pescadores com, segundo o que o Sr. Ministro disse, segunda habitação.

Eu falei com eles: as mulheres dos pescadores estão com os filhos em Faro, onde estudam, porque nas ilhas não há nem ciclo preparatório, nem liceu, e os pescadores estão na ilha a maior parte do tempo naquilo a que o Sr. Ministro chamou a segunda casa.

Casas como estas já foram destruídas. É, pois, preciso, pôr este problema à consideração. Nós estivemos no local, não falamos de Lisboa, de cátedra; falamos com os pés nas ilhas e os olhos nas demolições, que têm de acabar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o nosso ponto de vista.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr.ª Deputada, esta questão tem feito correr muita tinta desde há alguns meses e felizmente nós abordámo-la ainda antes de todo este caudal informativo, que se tem vindo a suscitar desde o final do ano passado.

A Sr.ª Margarida Tengarrinha (PCP): — E nós também!

O Orador: — A nossa posição nesta matéria é muito clara. Na realidade, sempre entendemos que qualquer acção deve ser precedida de um estudo geral da situação, com uma paragem imediata de todo e qualquer tipo de construções. Mas, já agora, gostaríamos de dizer, como já o fizemos noutras oportunidades, que o que não faz sentido é tomar-se medidas, sejam elas quais forem, no que respeita ao domínio público marítimo, naquelas zonas que se poderão considerar sensíveis e nos terrenos que já foram desafectados e que, neste momento, são propriedade das câmaras e se permite que façam o que muito bem entenderem.

Este país tem de ter apenas uma lei. Não há argumento possível para se dizer a um indivíduo que construiu uma casa na zona do domínio público marítimo que ela tem de ser derrubada, se for esse o caso, quando mesmo ao lado numa zona desafectada onde existem as mesmas consequências graves para o ecossistema e para a própria manutenção e continuidade dessas ilhas, não há autoridade para o fazer porque no mesmo país há duas leis para uma mesma situação.

É evidente que já pus este problema ao Sr. Ministro da Qualidade de Vida, que respondeu: «Quem é que

vai agora pôr em causa o poder das câmaras neste domínio?»

Penso que, se for necessário, devemos nesta própria Assembleia ter a coragem de pegar nisto com as duas mãos e acabar com este equívoco. Mas, em geral, deve fazer-se primeiro o estudo e acabar com as construções clandestinas.

Quanto às construções dos pescadores, obviamente que não há dúvida nenhuma de que, se o pescador continua a sê-lo e tem a sua casa no sítio onde nasceu e onde vai frequentemente, não se pode pôr afi o problema da dupla residência. Uma coisa é a dupla residência de quem não é pescador e tem lá a sua casa de férias e outra é a dupla residência do pescador. Esta é uma questão que, inequivocamente, deve ser definida.

O que é urgente, para além de tudo o mais, é defender a própria ilha de Faro. Temos andado distraídos com o problema do derrube ou não derrube das casas, o que, evidentemente, é importante, mas, se vier uma invernia violenta, lá se vai a ilha, lá se vai a ria, lá se vai tudo! O que é urgente é o plano de ordenamento da própria ilha de Faro. Pensamos, pois, que tudo isto tem de ser equacionado, resolvido e decidido o mais rapidamente possível.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Correia.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Desde o início tem sido dito que os núcleos de pescadores, ou as residências dos pescadores, não serão afectados. Contudo, quando se fala nas destruições ou não destruições, fala-se em casas num sentido abstracto, esquecendo-se o que elas são na realidade. Efectivamente, trata-se de casas sem o mínimo de condições e que apenas geram poluição, pois nem sequer têm esgotos. Analisa-se a casa pura e simplesmente do ponto de vista legal e como se não atentasse contra a saúde pública. Mas a casa não é coisa abstracta, é sim uma coisa que ou se usa com respeito pelos outros ou se usa sem respeito pelos outros.

A maior parte ou mesmo a totalidade destas casas que têm sido condenadas estavam-no efectivamente qualquer que fosse o plano de ordenamento. Agora, é preciso não esquecer que essas casas não têm o mínimo de condições e quem anda lá com os pés no terreno, não de hoje nem de ontem mas de há muitos anos, sabe perfeitamente que aquilo é um foco de poluição. E isto não acontece só na ilha de Faro pois até nas ilhas de Fuzeta o problema é o mesmo.

O que gostaria de saber é se a Sr.^a Deputada concorda ou não com a destruição destas casas que, por um lado, são ilegais e, por outro, afectam a saúde pública.

Fala-se muito dos ecossistemas, mas eu desafio-a a dizer qual é o ecossistema da ilha, quais as consequências, por que é que ela existe e o que é que a afecta.

A realidade é que se fala muito mas muito pouca gente sabe o que é isso da ilha. Confundem até as dunas de origem eólica com as de origem marítima, etc., mas não vale a pena entrarmos nessas questões.

Os Srs. Deputados José Vitorino e Margarida Tengarrinha têm razão quando dizem que é preciso for-

çosamente avançar com um plano de ordenamento. No entanto esse plano tem de ser feito a pensar não só nos turistas mas, sobretudo, no que é a ilha de Faro como ponto de regeneração da fauna marítima do Algarve.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Tengarrinha.

A Sr.^a Margarida Tengarrinha (PCP): — Vou ser muito breve, uma vez que estou de acordo com uma parte dos problemas que foram aqui levantados e também porque não quero tirar tempo ao meu grupo parlamentar.

Em relação à pergunta que o Sr. Deputado Eurico Correia me fez sobre quais os ecossistemas, quero dizer-lhe que é exactamente por isso que defendemos que, antes de se invocarem pareceres técnicos para os quais, como muito bem diz, ainda não se tem bases, se deve primeiro fazer o plano de ordenamento da ilha. E o que o Sr. Ministro fez aqui foi precisamente invocar pareceres técnicos para os quais não tem bases porque não há ainda nenhum plano de ordenamento da ria.

Quanto a isto, estamos, pois, de acordo consigo: defendemos que primeiro seja feito o plano de ordenamento.

Há, porém, uma questão em que o Sr. Deputado não tem razão. É que os núcleos históricos de pescadores são uma coisa diferente das casas de trabalho dos pescadores, que não estão localizadas em núcleos históricos, mas sim espalhadas pelas ilhas que citei, que o Sr. Deputado José Vitorino até parece conhecer. V. Ex.^a deveria, pois, saber que núcleos históricos é uma coisa e que outra são as casas de pescadores que não são segunda habitação, pois na maior parte das vezes a mulher do pescador vive em Faro ou em Olhão.

Quanto a casas sem condições, Sr. Deputado, vá aos bairros de lata e diga-me se aquelas casas são casas com condições.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Correia para um protesto.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Evidentemente que quando lhe digo, Sr.^a Deputada, que as casas que não têm condições higiénicas estão condenadas, estou a referir-me àquelas que são utilizadas como segunda ou terceira habitação. Portanto, Sr.^a Deputada, não tem nada que as comparar com o problema doloroso dos bairros de lata.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Moutinho.

O Sr. Hernâni Moutinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parece-nos oportuno que neste momento aqui sejam focados alguns dos múltiplos problemas com que o Nordeste Transmontano se defronta e debate, no cumprimento, aliás, não só de um dever que o mandato impõe mas também da única promessa que fizemos ao eleitorado.

São inúmeras as carencias das gentes nordestinas, o que creio ninguém põe em causa, como grandes são as suas frustações e legítimos os seus anseios.

Região para quem a natureza não foi pródiga, também não tem merecido os favores dos poderes públicos, cujos representantes não se cansam de tecer elogios à tradicional hospitalidade do homem de Trás-os-Montes e às suas qualidades de trabalho, quando lá se deslocam por força de algum evento fortuito ou em período eleitoral.

Mas raramente lá voltam, presumivelmente para não terem de suportar o calvário de descrever alguns milhares de curvas e de contornar outros milhares de buracos, quando é possível.

Dotado de um clima agreste, esta região, como é sabido, é essencialmente agrícola, sendo que a maior parte da população activa se dedica à agricultura.

Certo, que cada vez com menos proveito e em declínio acentuado, seja por falta do necessário encorajamento decorrente da carência de mão-de-obra, seja pela exiguidade de meios de transporte e de mercados.

Só excepcionalmente o jovem se radica na terra, antes se desloca para os grandes centros ou para os países de emigração, à procura de melhor sorte e numa verdadeira fuga a fatais situações de subdesenvolvimento e miséria.

Por isso, pode com propriedade dizer-se que a agricultura no Nordeste é, hoje, uma actividade de subsistência, levada a cabo por um escalão etário algo avançado.

Contudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é evidente que Trás-os-Montes e o Nordeste podem produzir muito mais e melhor, com os terrenos que apesar de tudo tem, aptos para determinadas culturas que o clima também favorece.

Só que era necessário que quem neste país pode e manda se lembrasse, a sério, de que o Nordeste também é parte integrante de Portugal.

E bem o merecia, porque ali reside, sem dúvida, gente humilde que trabalha de sol a sol, que não embarca em greves políticas, por isso que tem do interesse nacional uma noção que a muitos escapa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas não tem sido quem mais trabalha que neste país obtém aquilo que lhe é legítimo e devido.

As benesses vão, com frequência, para quem mais reivindica, faz mais barulho, viola a lei e põe em causa a autoridade e as próprias instituições.

Mantém-se, assim, o ostracismo a que o Nordeste foi votado, sem embargo de alguma melhoria, pouco significativa, apesar de promessas feitas ao ritmo dos actos eleitorais, para se captar a confiança, e por via de consequência, o voto, de gente de boa fé.

Nas últimas eleições os nordestinos ouviram, alguns incrédulos e estupefactos, outros com esperança, uma verdadeira orgia de promessas, não faltando quem, hoje com funções de responsabilidade, de bloco na mão em jeito de quem toma nota das mágoas que as populações exprimiam procurasse coonestar as afirmações de que as promessas seriam cumpridas. Os hospitais, os quartéis de bombeiros, as estradas, a água, os lares de terceira idade, a luz, etc., seriam uma realidade e apareceriam, talvez por artes mágicas.

Decorreu o tempo, os promitentes não cumpriram o contrato verbal que celebraram com o eleitorado e a esperança esfumou-se.

O que é grave, porque ali ainda se vai honrando a palavra dada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Nordeste é, em todo o território nacional, a maior potência hidro-elétrica pois só as barragens de Picote, Miranda e Bemposta produzem cerca de 50 % da energia hidro-elétrica do País.

Dali tudo vem para o Sul. Mas pouco ou nada ali se recebe.

Sendo certo que um dos factores fundamentais, diria mesmo decisivo, do desenvolvimento do Nordeste, é uma rede de estradas adequada e um condigno serviço ferroviário, o que ali se está a passar, designadamente, com a famigerada via rápida Bragança/Porto e a linha do Tua, é precisamente a negação deste reconhecimento e o golpe de misericórdia na hipótese de algum progresso.

Pese embora o esforço de algumas autarquias, sem êxito, acentua-se diariamente o isolamento da região, cada vez mais distante do litoral.

Fala-se em insularidade, paga-se o custo, e ao que se viu em termos não inteiramente satisfatórios.

Refere-se a interioridade, mas ninguém se dispõe a pagar o custo.

Da via rápida foi aberto ao trânsito um troço de 8 km, ainda em obras cuja durabilidade não será longa, e recentemente, com o alvoroco que convém e festejo de circunstância, adjudicou-se mais um troço de 6 km.

Quer dizer, a este ritmo — e outro não se anuncia — seria demasiado optimismo esperar que pelo ano 2000 teremos a via rápida Porto/Bragança. O desencanto é notório e justificado sobretudo por parte dos agricultores que viram as suas terras rasgadas em consequência das expropriações, agora completamente a monte, quando é sabido como são fortes os laços que ligam o homem de Nordeste à sua terra.

Aliás, o Sr. Ministro do Equipamento Social, nesta Assembleia, não infirmou o circunstancialismo factual que serve de suporte a esta triste expectativa. As obras pararam, sem que se saiba porquê nem até quando.

Quanto a alternativas, nenhuma obviamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já aqui dissemos, e repetimos agora, que não poderíamos, razoavelmente, esperar grande coisa deste governo.

Mas também afirmamos que não podemos aceitar que nos tirem aquilo que temos há longos anos e que nos faz falta.

E sem dúvida que se está a preparar o cenário para liquidar a linha que liga o Tua a Bragança, com argumentos inaceitáveis e, num circunstancialismo que não consente tão grave atentado aos interesses da região e das pessoas.

O Sr. Ministro do Equipamento Social, também aqui nesta Assembleia, não respondeu satisfatória e claramente a esta questão, refugiando-se atrás de hipotéticas consultas a fazer às autarquias e outras entidades, condicionantes da decisão a tomar.

E óbvio que não é preciso consultar ninguém para se ficar a saber que a linha do Tua é imprescindível.

Mas o que faz este governo?

A revelia de tudo e de todos vai fechando algumas estações, por coincidência — naturalmente procurada — as mais importantes, como sejam os casos de Azibo, Frechas, Carvalhais e Abreiro, do mesmo passo que se deixa ao abandono o património imobiliário.

Foi no longínquo ano de 1887 que o comboio pela primeira vez passou pela linha do Tua, e durante muito tempo desta exploração decorreram lucros que serviram para cobrir os défices dos ramais do Sabor, Corgo e Dão.

Então o Governo ignora que desta forma atrofia, ou inviabiliza mesmo, o desejado progresso e desenvolvimento da região?

Que provoca e agrava o isolamento?

Que não apresenta, porque não tem, soluções alternativas?

Que há épocas do ano em que só o comboio chega a Bragança?

Se não o ignora, porque não pode ignorar, porque se procura furtar ao Nordeste um serviço que há quase 100 anos vem usufruindo?

Estas e outras perguntas, naturalmente necessitam de resposta do Governo, urgentemente, pois ainda está a tempo de impedir este atentado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ter uma via estreita é já em si uma limitação, com a qual o Nordestino se vai conformando, mas o que se poderia esperar era que o transporte ferroviário fosse dotado dos meios adequados para que não se tenha a convicção de ser tratado como cidadão de 2.ª classe.

Com efeito é perfeitamente inconcebível que, para transporte de passageiros, se forneça composições constituídas por uma máquina e uma carruagem, antiquíssima, sem aquecimento, sem casa de banho, com bancos de madeira partidos e janelas, já tapadas com folhas de *tabopan*, quando outras estão imobilizadas no Porto.

Enfim, isto parece surrealismo, mas é dramaticamente verdade, e o Nordestino tem direito, como todo o português, a transportes com um mínimo de conforto e dignidade.

Que interesse, que lógica, que razão, que legitimidade para extinguir a linha?

Responderá quem souber!

As populações, essas vivem com preocupação e ansiedade aquilo que consideram uma usurpação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se esgota aqui, infelizmente, o drama do Nordeste.

Outros problemas existem, infelizmente, que de forma marcante afligem os Nordestinos.

Razões de tempo impedem-nos que ora os consideramos.

Fá-lo-emos noutra oportunidade.

Foi movidos apenas pela satisfação devida aos legítimos interesses do Nordeste, que aqui asforrâmos aquelas questões, o que procuramos fazer com isenção e clareza.

Bem gostaríamos que esta exposição, pudesse ser útil e reverter em favor daqueles que nos elegeram, portugueses de entre os melhores.

O Nordeste é uma parcela deste país.

Se alguém contribuiu para os desequilíbrios existentes não foi seguramente a gente do Nordeste.

As suas populações querem ser tratadas em pé de igualdade com os demais portugueses.

Aquelas terras não podem continuar a ser Terras do Demo.

Aplausos do CDS, do MDP/CDE e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres.

O Sr. Mota Torres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O para mim inesperado agendamento para hoje do tratamento nesta Câmara de assuntos de natureza regional e local não permitiu que a esta minha intervenção fosse dado carácter mais minucioso e pormenorizado. Constituía, no entanto, momento privilegiado para que, um deputado da Região Autónoma da Madeira, trouxesse a esta Assembleia um assunto de algum melindre, cuja importância porém, tem constituído para mim e para o meu partido, motivo de preocupação que em todas as circunstâncias não podemos nem poderemos deixar de tornar públicas pelas formas e meios ao nosso alcance.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados do crescendo de dívidas da Região Autónoma que, considerando apenas as do Governo Regional e sem correr o risco de um erro por excesso, ascendem já a cerca de 18 milhões de contos (números redondos), montante que, dado o crescimento do produto regional é manifestamente exagerado e cujas negativas consequências terão em última análise de ser no futuro suportadas por todos os madeirenses e porto-santenses com todo o negro cortejo de reflexos nas suas vidas que, quotidianamente, constroem com trabalho e sacrifício.

Mas não são só as dívidas do Governo Regional que pesam nesta análise. São também as das câmaras municipais que rondam os 4 milhões de contos, cifra esta que, tendo em atenção o modo como é distribuída a importância relativa das câmaras e os investimentos produzidos, não pode deixar de causar em nós algumas perplexidades, constituindo motivo bastante da nossa procura de respostas a perguntas tão simples e lineares como estas:

Com que critérios foram aplicadas as verbas em dívida?

Quais os investimentos reprodutivos por ela criados?

Quais os argumentos justificativos de uma longa lista de subsídios concedidos às instituições mais diversas?

Como serão pagas as dívidas?

Qual o preço que os Madeirenses e Porto-Santenses terão de pagar por este endividamento?

Sob que forma se exprimirá a responsabilidade do Governo Regional face a esta situação?

Muitas outras questões se poderiam colocar com esta simplicidade e linearidade. O mais importante, porém, são as respostas para todas elas e só nos resta esperar que, sejam as da eficácia, do equilíbrio e da sensatez, na perspectiva de um futuro digno para todos os madeirenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A autonomia regional, para ser justificadamente assim chamada, necesita não só dos meios legais indispensáveis, como dos respectivos poderes, como ainda de meios financeiros suficientes para a sua assunção plena.

São 3 princípios fundamentais que, articulados com a vontade e o querer das populações, constituem a coluna vertebral de uma autonomia que se pretende ao serviço das comunidades, primeiras interessadas na descentralização e na autonomia por passarem deste modo a dispor dos órgãos com capacidade decisória, de uma forma mais eficaz porque mais próxima.

A autonomia regional não é um fim em si mesmo, mas antes um meio privilegiado de satisfação dos inter-

resses populares. Esta simples constatação é suficiente para que se procure também por parte das comunidades um empenhamento cada vez maior na solução dos seus problemas. Exige, no entanto, regras claras e critérios objectivos definidos.

Se na perspectiva do que sempre temos defendido e do que na minha intervenção já foi referido — «Não há autonomia regional sem meios financeiros capazes» —, não é menos verdade que atribuí-los, ou permitir que sejam adquiridos de uma forma arbitrária e acríticos é laborar num erro do qual as principais vítimas serão, obviamente, os que deveriam ser primeiros beneficiados.

A particularidade da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente, no que toca a sua situação geográfica, exige que a solidariedade nacional reclamada e naturalmente aceite, se concretize de uma forma inteira e, neste domínio, aspectos há cujo estudo e aplicação requerem uma acção expedita.

Refiro-me, como é evidente, à cobertura dos custos de insularidade e à cobertura do défice do orçamento regional.

A Assembleia da República, e no que à Região Autónoma da Madeira diz respeito, aprovou este ano pela primeira vez um novo artigo da Lei do Orçamento do Estado para 1984 em que são contemplados os custos de insularidade para a Madeira. Não pode tal aprovação deixar de ser considerada uma conquista importante, mas a excepcionalidade evidente de tal disposição não é suficiente para que se omita a urgência e necessidade de, com base num consenso tão grande quanto possível, definir e estabelecer critérios para atribuição de verbas que cubram a desigualdade resultante da insularidade, que, ao contrário de um qualquer fruto da imaginação é uma realidade que não só merece mas antes exige grande solidariedade nacional. Mas são também os critérios que presidem à cobertura dos défices dos orçamentos regionais que devem ser revistos e actualizados atendendo às crescentes carências financeiras da Região face às exigências cada vez maiores que se lhes colocam.

Também não se pense que constituem medidas avulso e sem reflexo no quotidiano das populações da Madeira. Pelo contrário, são instrumentos indispensáveis não só para a garantia de execução orçamental regional mas também para que contribuam de uma forma decisiva para um correcto relacionamento nesta matéria entre os órgãos do Governo próprio da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República.

Em resumo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se por um lado criticamos, e muitas vezes o temos feito, o modo como tem crescido o endividamento regional, por outro defendemos e reclamamos para a Madeira os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento no âmbito de uma real solidariedade nacional que em todas as circunstâncias deve ser aprofundada.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Sr. Deputado Mota Torres, em primeiro lugar queria congratular-me pelo

facto de V. Ex.^a ter abordado nesta Câmara problemas que se prendem com a Região Autónoma da Madeira e, ao mesmo tempo, manifestar-lhe a minha consideração e reconhecimento pelo facto de o ter feito de uma forma equilibrada e consentânea com os interesses daquela Região Autónoma. Isto não quer dizer que eu esteja integralmente de acordo com a intervenção que produzi. Tive pena de não ter assistido aos momentos iniciais, mas a parte que ouvi permitiu-me aperceber de que V. Ex.^a repete aqui as críticas que o Partido Socialista insistentemente tem feito na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente na Assembleia Regional, respeitantes àquilo que chamam o endividamento exagerado da Região.

Ora, relativamente a este ponto, queria colocar-lhe a seguinte questão: conhecendo V. Ex.^a o estado de atraso em que se encontrava a Região Autónoma da Madeira, quando se iniciou o processo de autonomia, gostaria de lhe perguntar se considera ou não, que a generalidade dos empreendimentos e das iniciativas tomadas pelo respectivo Governo Regional era, necessária, dado esse estado de atraso em que a Madeira se encontrava.

Em segundo lugar, perguntaria ao Sr. Deputado se haveria outra forma, do ponto de vista financeiro, para resolver os problemas financeiros, decorrendo da satisfação das necessidades imperiosas da população da Madeira.

Era sobre estas duas questões que eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres.

O Sr. Mota Torres (PS): — Sr. Deputado Correia de Jesus, não posso deixar de lhe agradecer as palavras de simpatia que teve para com a minha intervenção. Nós, que nos conhecemos e que temos tido uma luta partidária, cada qual pelo lado do seu partido, sabemos perfeitamente que o que aqui está em causa, para lá do endividamento que achamos exagerado, não é estritamente o endividamento, mas também a ausência de critérios objectivos de definição de prioridades nas obras e investimentos efectuados na Madeira.

Referi na minha intervenção que considerava manifestamente exagerados os gastos em investimentos de natureza não reprodutiva — a maior parte deles. Este facto é sempre motivo de preocupação, porque as dívidas e os juros começam a formar uma bola de neve, e qualquer dia os principais prejudicados serão, obviamente, as populações, as quais, de uma forma ou de outra, terão que suportar os custos desse endividamento crescente. As nossas críticas dirigem-se no sentido de haver uma definição de critérios — e é aqui que nós temos insistido — na atribuição de subsídios, nomeadamente às autarquias locais, na definição de prioridades a determinado tipo de obras, porque temos assistido a algumas com as quais não podemos concordar.

Em relação à sua segunda pergunta, respondo que nós defendemos há muito tempo — e a minha intervenção foi também nesse sentido — que sejam definidos para a Madeira critérios objectivos para a cobertura dos custos resultantes das desigualdades insulares. Pensamos que, embora de uma forma artificial, isso ficou prejudicado pela ausência, até este momento, de

um estatuto político administrativo da Região Autónoma da Madeira. Pelo menos, isso funciona como argumento para que os custos de insularidade não tenham sido atribuídos até este momento. E nós entendemos que isso seria um meio-equilibrado de conseguir aumentar as receitas da Região. Por outro lado, a cobertura do défice dos orçamentos regionais, que se rege por um critério definido no tempo, suponho, do primeiro Governo da Aliança Democrática, está hoje profundamente desactualizada e necessita de ser revista. Assim, aproveitei a oportunidade de me dirigir à Assembleia da República para dizer que, também nesse sentido, há necessidade de modificar os critérios e de corrigir a manifesta insuficiência dos meios financeiros ao dispor da Região Autónoma da Madeira.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Abrantes.

O Sr. João Abrantes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O distrito de Coimbra não foge à regra dos malefícios causados pela desastrosa política do Governo PS/PSD.

Também aqui os vários sectores e actividades da vida local reflectem o agravamento das condições económicas e sociais das populações, levantando uma onda crescente de protestos abrangendo cada vez maiores camadas de descontentes que o Governo e os parceiros de coligação se obstinam a ignorar.

Na agricultura os brutais aumentos dos factores de produção — adubos, rações, pesticidas e o recente aumento do gasóleo —, sem contrapartida nos preços dos géneros produzidos, que se vendem — quando não apodrecem por falta de escoamento — a preços ridículamente baixos, mas que acabam por aumentar quando a produção se encontra nas mãos dos intermediários, para chegar ao consumidor acrescida de todas as alcalavas possíveis. O Governo é inoperante, preocupado em destruir tudo o que possa intervir no mercado de regularização do abastecimento e preços de géneros agrícolas; o arroz, o leite, o azeite, a batata ilustram o quadro descrito.

Não se cumprem a legislação e as promessas assumidas no que se refere ao pagamento do subsídio ao gasóleo de 1983, que devia ter sido liquidado em duas prestações, em Junho e Dezembro, e de que nem um avo foi entregue aos agricultores.

São as dívidas do subsídio ao arroz produzido em 1983 que no vale do Mondego ascendem a mais de 250 000 contos e em que a produção entregue nos industriais de descasque já se encontra em grande parte consumida. Provavelmente, em 1984 não haverá atrasos ou dívidas no pagamento deste subsídio já que vários responsáveis governamentais do sector agrícola anunciaram o seu fim.

E as dívidas directas da peripneumonia, tuberculose e brucelose — mais de 150 000 contos —, cujo não pagamento e ausência de medidas semearam a miséria e a fome em tantos lares beirões.

E as indemnizações por pagar das geadas de 1981 e 1982 e os prejuízos causados pelos incêndios florestais que arruinaram centenas de explorações agrícolas no alto distrito de Coimbra.

No ensino é a degradação das insuficientes escolas, a ruptura com o triplo da lotação escolar, o envio de alunos compulsivamente para o ensino nocturno e a

recusa de matrículas. Trataremos este assunto com maior profundidade em próxima intervenção mas, desde já aqui fica a caracterização sumária dos ensinos primário, preparatório e secundário.

No ensino primário e com a entrada do Ministro Seabra paralisou o pagamento das fascs em atraso aos professores que atinge já milhares de contos de dívidas.

O ensino preparatório e secundário, talvez o mais duramente atingido, para além das já apontadas carências que motivaram os pedidos de demissão dos 2 conselhos directivos da Figueira da Foz, soma-se a falta de verbas para a ASE, que origina a que por falta de transportes especiais os alunos dos arredores dos centros escolares saiam de casa às 6 horas da manhã e regressem às 18, utilizando as carreiras e horários normais da RN. O abandono escolar e a diminuição de aproveitamento atingem taxas assustadoras.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É uma vergonha!

O Orador: — A estas situações responde o Ministro com arrogância e provocação o que não consegue ocultar a sua incompetência e falta de estatutra.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mantêm interlocutores privilegiados no sindicato de que é dirigente, atropela leis como no caso dos professores do 12.º grupo de Trabalhos Manuais, altera sem consulta às estruturas dos trabalhadores do ensino o sistema de profissionalização.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — O sector da indústria da construção naval atravessa uma das suas piores crises que piora dia a dia com o agravamento das relações com os novos países africanos de expressão portuguesa.

Cabe aqui dizer que Moçambique e a Guiné não voltaram a repetir as suas encomendas aos estaleiros navais do Mondego, devido, exactamente, ao agravamento das relações que aqui referi.

Arrasta-se a resolução do dramático problema da Figueira da Foz, que o PS prometeu resolver se fosse Governo, e cuja solução veio a verificar-se ser o despedimento de 200 dos 600 trabalhadores.

Está pronto e anunciado pelo Governo o estudo de viabilização do sector vidreiro, onde de certo está incluída a Vidreira da Fontela, mas os trabalhadores desconhecem as soluções propostas e mantém a sua incerteza quanto ao futuro.

Cabe aqui ainda referir a situação da CIMPOR — Cabo Mondego, cujas fábricas de cal e cimento se projectam encerrar, com a cumplicidade da Câmara Municipal da Figueira da Foz e o empenhamento pessoal do seu presidente, destacado dirigente do PS local.

Ninguém ignora a importância para a economia nacional e concelhia destas duas unidades, que a verdade dos números torna indesmentível: em 1983 as empresas do Cabo Mondego entregaram na Tesouraria da Repartição de Finanças do Concelho da Figueira da Foz 140 000 contos de imposto de transacção, 14 000 contos de imposto profissional e facturaram 980 000 contos, o que a coloca como a segunda empresa do distrito em facturação. É grande a sua importância para o comércio local e o conselho de gerência, o Governo

e a Câmara da Figueira da Foz serão os responsáveis pelos graves problemas sociais que advirão da perda de 70 postos de trabalho no concelho.

Ficam por explicar os motivos que levam a Câmara Municipal e o seu presidente a exercer pressões para que sejam desactivadas as explorações de cal e cimento com o intuito de permitir a urbanização da encosta sul da serra da Boa Viagem.

Com uma certeza poderão contar os que se empenham nesse projecto: tal como em anteriores tentativas os trabalhadores e as populações não cederão aos caprichos e interesses obscuros de quem em nome do turismo e dos privilégios de alguns tudo pretende ultrapassar.

E que dizer da boa gestão da gerência da CP que 5 meses depois de ter gasto mais de 1 milhar de contos na reparação da Estação de Santana pretende agora encerrar a linha da Figueira da Foz-Pampilhosa que serve toda uma região rural dos concelhos da Figueira da Foz-Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — É uma vergonha!

O Orador: — Ou da falta de dignidade com o que o Sr. Secretário de Estado do Equipamento Social prometeu em Agosto de 1983 instaurar um inquérito para apuramento das causas do desabamento da nova ponte da Figueira da Foz e não só o não fez como não respondeu a um requerimento que há mais de 2 meses lhe dirigi nesse sentido.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É vergonhoso!

O Orador: — Entretanto, e descaradamente, voltou à Figueira da Foz para reinaugurar o que já tinha inaugurado e que já havia caído. E nem palavra sobre o inquérito.

Tal como em 1982 e 1983 as movimentações das populações do distrito de Coimbra, particularmente a dos agricultores do Baixo Mondego, conduziram à queda do Governo de triste memória da AD, também hoje o Governo PS/PSD terá de arrripiar caminho ou encontrará pela sua frente a força determinada dos trabalhadores dos campos, das fábricas, das cidades, até que Abril, por que tanto ansiaram e em quem tantas esperanças depositaram, volte a ser reposto.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage, a quem foram concedidos os tempos atribuídos à ASDI e à UEDS.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que este tipo de sessões da Assembleia da República pode ser considerado monótono e como simples oportunidade para se colocarem pequenos problemas locais ou regionais, mas não deve ser menosprezado. Penso, até, que o *Diário da Assembleia da República* destas sessões deveria ser enviado não só ao Governo, que naturalmente tem obrigação de o ler, como também às câmaras municipais, porque muitos problemas que aqui são levantados carecem de enquadramento e de solução, quer pelos organismos governamentais quer pelas nossas autarquias.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Penso que a sessão de hoje, apesar de conter assuntos desconexos, teve um fio de ligação profundo, ou seja, foi um comum interesse pela solução dos problemas concretos do País. Neste capítulo, todos os deputados desta Câmara se irmanaram e, com isso, me congratulo, bem como o meu grupo parlamentar.

Proponho-me fazer uma intervenção que procura analisar alguns problemas de economia da região do Norte Litoral, em particular do distrito do Porto. Será, com certeza, uma intervenção um pouco maçadora — sobretudo a esta hora —, mas na verdade é uma oportunidade que não quero perder e é um momento que ambiciono valorizar, apesar da minha modesta contribuição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tive ocasião de afirmar em recente intervenção, que «os tempos de crise económica que forcaram a uma austeridade prolongada com todo o seu cortejo de dificuldades e amarguras, podem e devem constituir oportunidades para discutir e inflectir os rumos e os ritmos das economias, a natureza dos valores de ética económica estabelecidos e ocasiões de invenção e mudança».

Defendi, então, uma profunda reforma regionalista, uma clara descentralização da máquina da administração pública, em ruptura com um passado de centralismo, inércia e burocracia.

Pronunciei-me a favor da regionalização do Norte do País com a criação de duas regiões administrativas coincidindo com as duas províncias históricas de Trás-os-Montes e de Entre Douro e Minho.

Defendi, também, uma estratégia de desenvolvimento do Norte do País, salientando as opções e prioridades a ter em conta. Explicitei esses pontos e comecei por enquadrar as questões relacionadas com a área metropolitana do Porto, sobre a qual penso muito em breve apresentar, nesta Assembleia, um projecto de institucionalização.

Insisto hoje na ideia de que as políticas de austeridade têm de ser acompanhadas por políticas dirigidas às reformas das estruturas produtivas, integradas num modelo de desenvolvimento que previna e evite novas políticas de austeridade, novos sacrifícios num vaivém sem fim.

É nesse entendimento que as políticas de desenvolvimento regional, mais urgentes e imperiosas agora do que nunca, devem ser lidas e interpretadas.

É nesse sentido que hoje vou sublinhar algumas ideias e pistas para uma política económica regional para os 3 distritos do litoral Norte, que integram a região de Entre Douro e Minho.

Começo pela questão dos planos de desenvolvimento regional.

Já fiz variadíssimas referências ao plano de desenvolvimento regional e conferi-lhe mesmo a categoria de prioridade fundamental, na hierarquização das grandes questões e problemas da região do Norte Litoral.

Chegou a altura de esboçar alguns comentários e ideias acerca da sua natureza e objectivos e, naturalmente, de fazer breves diagnósticos sectoriais e explicitar algumas medidas de política regional para esses sectores, os mais importantes, bem entendido.

O plano de desenvolvimento regional destina-se a coordenar e impulsionar as actividades económicas da região — plano de desenvolvimento regional, como se sabe, não existe neste momento para nenhuma região nem para nenhum espaço do nosso país.

Em princípio, deve ser feito pela região e não para a região, isto é, esta deve ter iniciativa e não ser objecto inerte dos reflexos de planeamentos decididos e elaborados fora dela.

Do ponto de vista técnico, há especialistas que sustentam nada haver que impeça a criação de um sistema de planeamento eficaz em que a elaboração dos planos regionais seja confiada às regiões.

Em primeiro lugar, as metas e os objectivos estabelecidos para cada região, definidos no Plano Nacional, deveriam resultar de um processo de auscultação da região e depois de fixados, delimitariam o quadro de referência em que viria a inserir-se o plano regional.

Note-se que é perfeitamente natural que venham a surgir conflitos entre objectivos nacionais e objectivos regionais, perfeitamente superáveis em sistema democrático, como é frequente em outros países.

Será possível alcançar, por este processo, tanta ou mais eficiência do que por meio de um planeamento de iniciativa exclusivamente central.

No entanto, dada a inexistência de instituições regionais entre nós, deve ser o Governo a suprir desde já essa grave lacuna e avançar com, pelo menos, programas de desenvolvimento para o espaço regional não só do Norte Litoral a que me reporto hoje, mas também a outros espaços regionais do País.

Quero aqui salientar que o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, numa recente entrevista que li, aponta nesse sentido: elaboração de programas de desenvolvimento regional.

Esquematizando, os objectivos fundamentais a que o plano regional de Entre Douro e Minho deve submeter-se, ressalto os seguintes:

- 1.º Desenvolvimento económico da região, valorizando os seus recursos e potencialidades próprias;
- 2.º Satisfação das necessidades básicas da população nos domínios da habitação, saúde, ensino, transporte, etc.;
- 3.º Ordenamento do espaço físico regional;
- 4.º Reforma das estruturas de produção tradicionais e diversificação e modernização do tecido industrial;
- 5.º Criação de postos de trabalho.

Em relação ao quarto objectivo acima enunciado, devo dizer que a modernização do tecido industrial não pode ser encarada como um objectivo de tipo tecnocrático.

E não pode sé-lo porque, tal como diz um conhecido economista, Schumacher, no seu recente livro *Small is Beautiful*, «a modernização, tal como é actualmente praticada, tem de atentar nos valores [...] espirituais [...], está realmente a produzir por vezes resultados desfavoráveis. Pelo que diz respeito às massas populares, os resultados parecem desastrosos: o colapso da economia rural, a maré do desemprego a subir nas cidades e nos campos e o crescimento de um proletariado urbano, sem alimento nem para o corpo, nem para a alma».

Não é com este sentido de carácter tecnocrático e produtivista que entendo o problema da modernização, quer do País, quer, em particular, do Norte.

Quanto à economia da região Norte Litoral a sua estrutura e o seu nível de desenvolvimento merecem um pequeno esforço de compreensão. De uma forma

geral conhecem-se razoavelmente os números e os problemas da economia nacional e até da internacional — quem não conhece essas relações macroeconómicas e esses grandes números nesta Câmara? — mas revela-se a mais completa ignorância da economia do nosso concelho ou da nossa região.

Segundo a informação acessível, a participação da região de Entre Douro e Minho no produto e emprego da indústria transformadora do continente é bastante elevada: à volta de 31 % do produto e cerca de 40 % do emprego.

Estes dados permitem imediatamente algumas interpretações sobre as características da indústria regional; a primeira ilação, tem a ver com a menor produtividade da indústria regional. Relativamente ao conjunto da indústria nacional e, em particular, à região de Lisboa, de facto, os níveis de produtividade global da indústria da região do Norte Litoral são inferiores aos do continente: valores respectivos de 59 e 75 contos por trabalhador.

Estes dados estão ligeiramente desactualizados e é natural que se tenha atenuado este desfasamento.

Por outro lado, é notória a predominância do sector industrial na economia da região do Norte Litoral, ao contrário da região de Lisboa, em que predomina o sector terciário.

Naturalmente que aqui também é preciso notar que ultimamente se tem verificado uma evolução na estrutura económica do País. Segundo dados recentes, resultantes de um inquérito feito há pouco tempo, a nossa economia parece caminhar paradoxalmente para aquilo que se chama alguns países de «sociedades pós-industrial», embora a nossa industrialização seja insuficiente ...

Risos do CDS.

Não se riam, Srs. Deputados, vou já explicar.

Embora a nossa industrialização seja débil, a verdade é que, normal e historicamente, um processo de industrialização, em qualquer país, começa por um crescimento rápido do sector industrial, por uma grande diminuição do sector agrícola e por um ligeiro crescimento do sector terciário.

Segundo certos doutrinadores da sociedade pós-industrial, começa-se a falar em sociedade pós-industrial quando o crescimento do sector secundário, da indústria, começa a diminuir, o terciário continua a crescer constantemente, ultrapassando o secundário, e a agricultura prossegue o seu decréscimo relativo.

É esta, aliás, a estrutura dos grandes países da Europa. Em Portugal temos, neste momento, que o sector industrial já está a cair em termos de percentagem do global, tendo sido já ultrapassado sensivelmente pelo sector terciário.

É evidente, contudo, que este modelo abstrato não pode ser aplicado à nossa realidade em virtude da debilidade das nossas estruturas industriais. Foi apenas por mero exercício exploratório, à mistura com alguma ironia que me permitiu esta analogia ... No Norte do País também o sector dos serviços terá crescido mais do que o sector industrial, e, por conseguinte, esta grande desproporção entre uma indústria predominante e um terciário mais débil ter-se-á, com certeza, atenuado.

Se passarmos da região para o distrito do Porto, verificamos que o peso relativo da indústria transfor-

madora é ainda mais impressionante: trata-se apenas da distribuição da população activa por sectores agora só no distrito do Porto:

Sector primário — 12 %;
Sector secundário — 50 %;
Sector terciário — 36 %.

Os 250 000 trabalhadores do distrito que labutam no secundário representam 25 % de todos os empregados do País, neste sector, e estão concentrados em 8 % do território nacional, onde reside 18 % da população total.

Por aqui se vê a importância de uma política industrial para o Norte do País, dada a predominância quase total do sector industrial na actividade desta região.

Dentro da própria região interessa ainda analisar a distribuição espacial da indústria transformadora; vejamos 4 casos, desde o de maior concentração industrial até ao de quase inexistência de industrial:

A área metropolitana do Porto absorve 47 % do emprego na indústria de toda a região do Norte Litoral e realiza 53 % do valor acrescentado: o vale do Ave — 22 % do emprego da região e 22 % do produto dessa região; o vale do Sousa — 4,5 % do emprego da região e 2,9 % do produto; o vale do Lima, o mais deprimido — 1,5 % do emprego da região e 1,2 % do produto.

Estes dados ter-se-ão alterado ultimamente, traduzindo-se numa diminuição, ainda que ligeira, da indústria na área metropolitana do Porto e por uma subida significativa no vale do Ave. Há assim que corrigir em 2 ou 3 pontos os números que acabei de referir.

Uma rápida leitura destes dados faz ressaltar a enorme concentração do operariado e do produto industrial na área metropolitana do Porto, seguida a grande distância pela concentração do vale do Ave (concelhos de Santo Tirso, Famalicão, Fafe e Guimarães).

Os problemas da indústria da região. — A indústria da região Norte Litoral carece de diversificação e da capacidade exigidas para enfrentar uma competitividade internacional cada vez mais dura e difícil. É fácil vislumbrar os riscos de uma gradual desvalorização dos ramos industriais da região por dificuldade de se apetrechar para concorrer com produtos oriundos, por exemplo, dos «novos países industriais».

A indústria da região tem uma estrutura fortemente desequilibrada e um reduzido grau de diversificação, assentando o seu aparelho produtivo ainda em sectores tradicionais; caracteriza-se ainda por uma excessiva pulverização da estrutura empresarial, insuficiências técnicas e organizativas, baixa produtividade, problemas de qualidade dos produtos, dificuldades na progressão no mercado externo, etc.

Assinale-se, também, que o elevado subemprego e a falta de mão-de-obra qualificada, a tendência dos investimentos a dirigirem-se em larga escala para os sectores tradicionais é um dos grandes problemas da economia do Norte Litoral, sobretudo no vale do Ave, perigosamente especializado no sector têxtil.

A indústria da região é, finalmente, muito vulnerável devido à excessiva concentração em poucos

sectores e está demasiado exposta a crises ou dificuldades que poderão, eventualmente, assumir proporções alarmantes.

Algumas linhas de político industrial para a região: dar prioridade a uma estratégia de diversificação e modernização do tecido industrial; promover a inovação industrial em sectores de ponta e incentivar a investigação e o desenvolvimento tecnológico; estimular o aparecimento e consolidação de indústrias novas, desenvolvimento de indústrias básicas, fomento de metalomecânica, do sector da electrónica, material eléctrico, etc. — este parece-me ser um objectivo fundamental, embora aqui, também como Schumacher, defendendo as chamadas tecnologias intermédias para a região de Entre Douro e Minho (e, assim, estou também com alguns especialistas que recentemente foram fazer uma conferência ao Porto, aí defendendo as tecnologias intermédias e o seu desenvolvimento nesta região); reestruturação dos sectores tradicionais e auxílio àqueles que estão em crise; apoiar as pequenas e médias empresas; aumentar a qualidade dos produtos; afastar as indústrias intensivas em mão-de-obra do Grande Porto, para evitar a fixação de pessoas numa área já saturada; interessa renovar aqui o aparelho industrial, combatendo-se a tendência ao prosseguimento de investimentos nas indústrias tradicionais; criar centros de formação profissional, nomeadamente de técnicos e trabalhadores qualificados.

Estas são, esquematicamente, as linhas de política industrial fundamentais para a região.

Todas as dificuldades acima expostas atinentes à indústria transformadora têm tendência a agudizar-se e multiplicar-se nas zonas de mono-indústria ou mono-sectoriais, se atendermos ao facto de os sectores tradicionais que aqui predominam (têxtil, vestuário, calçado, madeira e mobiliário) representarem, no seu conjunto, 60 % do emprego e 50 % do produto da região.

Constatamos, por exemplo, que o sector têxtil da região do Norte Litoral tem à sua conta 71,7 % do produto e 71,7 % do emprego da totalidade da indústria têxtil do continente; esta percentagem é ainda superada no sector do calçado (87,4 % do produto e 90,3 % do emprego de toda a indústria nacional) e aproximada nos plásticos (65,5 % e 68,7 %), mobiliário (59,2 % e 64,3 %) e vestuário (57,8 % e 62,8 %).

O sector têxtil justifica particulares cuidados e apreensões — como, aliás, já aqui salientou a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, que me ouve com atenção! — e, portanto, uma política de apoio e reconversão bem concebida e dotada de todos os meios necessários. A sua contribuição para a economia do País, para o emprego e as exportações é sobejamente conhecida. Mas o peso do sector têxtil na economia e no emprego da região obriga-nos a redobrar de cuidados e atenção, pois qualquer crise nos têxteis terá reflexos gravíssimos.

No vale do Ave, a dependência do sector têxtil é tão absoluta que toda a vida das populações está directa ou indirectamente relacionada com a economia têxtil. Daí, a delicadeza da questão e a necessidade de um esforço inteligente e sistemático para proteger o sector, favorecer a sua expansão e encontrar mercados externos para colocar os seus produtos.

Agricultura. — Sendo a agricultura o «calcanhar de Aquiles» da nossa economia, justifica-se um grande interesse pela economia da região. Conhecidas que são as boas aptidões agrícolas dos solos do Litoral, é imprescindível protegê-los da destruição e extraí-los deles produtos em quantidade e qualidade que contribuam para melhorar a balança alimentar do País.

De acordo com as estimativas realizadas em 1970, 24 % da população activa da região trabalha na agricultura, gerando 14,5 % do produto, proporção esta que, naturalmente, baixou nos últimos 3 anos.

A região tem uma estrutura fundiária muito defeituosa e a relação entre o cultivador e a terra levanta problemas, um dos quais, o arrendamento, que importa resolver.

A área média por exploração, na região, é de 1,8 ha; 54 % das explorações têm, no entanto, menos de 1 ha; 32,4 % têm entre 1 ha a 4 ha; apenas 12,8 % do total das explorações agrícolas ultrapassam os 6 ha. A situação é, ainda, agravada pelo número de blocos por exploração, em média 5.

A população rural apresenta-se envelhecida, como aliás por todo o País, tendo a maioria dos dirigentes das explorações agrícolas (67 %) mais de 55 anos.

A insuficiente dimensão da exploração agrícola, a falta de formação profissional, a ausência de espírito empresarial, as resistências culturais e mentais às mudanças e transformações características do mundo rural, são factores que embaraçam a introdução de técnicas mais avançadas.

Assinalaremos mais alguns problemas da economia agrícola da região: a desvastaçāo da paisagem rural e a destruição de terrenos com boas aptidões agrícolas — uma das grandes calamidades do Norte Litoral; o desordenamento cultural ilustrado pela má realização e implantação de muitas culturas; a produtividade insuficiente, ainda que a exploração intensiva do litoral proporcione médias muito superiores às nacionais (19 000\$ e 4800\$, respectivamente); a baixa produção por hectare de cultura como, por exemplo, a do milho ($\frac{1}{3}$ da média europeia), não obstante gozar aqui de excelentes condições de solo e clima; redes de escoamento dos produtos insuficientes e parasitárias; associativismo dos agricultores ainda insuficiente, embora em pleno desenvolvimento nos últimos anos.

Desenvolvimento agrícola. — Uma abordagem do desenvolvimento agrícola da região não se afigura fácil, conhecidos que são os fracassos de todas as políticas agrícolas de índole nacional experimentadas até à data.

Todavia, não é difícil obter concordância com a ideia de que a agricultura do Norte Litoral carece de reconversão, de intensificação e de um esquema dinâmico de ordenamento cultural.

Colocar a planta certa no lugar certo, será uma forma bem humorada de definir o ordenamento cultural. Neste capítulo, um dos problemas mais difíceis é, com certeza, o da vitivinicultura do vinho verde. Esta tem apreciável importância na região e não tem merecido a afectação de recursos que o problema exige.

A reconversão vitícola exige investimentos vultuosos, os quais não são reprodutivos no imediato. A perspectiva de integração na CEE obriga a essa reconversão, para se obterem vinhos verdes de qualidade.

A reconversão da vinha implica a sua transferência para terrenos de meia encosta com boa exposição solar e a utilização de castas adaptadas; é que o teor alcoólico do vinho verde tem de aumentar.

No domínio agro-pecuário, as possibilidades são grandes. Justifica-se o reforço e ampliação da atribuição de créditos e apoio técnico para o desenvolvimento agro-pecuário; o incremento da produção de forragens e o desenvolvimento das pastagens liga-se aos objectivos de fomento da pecuária.

Muito importante é, sem dúvida, a reconversão da cultura do milho: a área de cultivo deve ser reduzida; a produtividade aumentada e, gradualmente, caminhar-se para a produção de milhos-forragem, em detrimento do milho-grão.

A horticultura tem o seu lugar privilegiado nas zonas envolventes dos meios urbanos e têm largas perspectivas aqui.

A floresta é, finalmente, em terrenos de meia encosta e costa alta, uma cultura a expandir e ordenar.

Pescas. — É imperioso desenvolver a actividade piscatória na região que se caracteriza neste momento pelo declínio das capturas, especulação nos preços ao consumidor e deficiente conservação e distribuição do pescado. A frota está envelhecida, a produtividade é baixa e é flagrante a carência de técnicas de detecção e captura das espécies.

Neste sector torna-se necessário: aumentar substancialmente as capturas de forma a garantir maior satisfação do consumo público e da indústria conservera; modernizar a frota, melhorar as infra-estruturas de apoio à construção e manutenção das embarcações; incentivar a investigação científica e tecnológica e melhorar a formação profissional através de, nomeadamente, um instituto de investigação e escolas de pesca; melhoramento da rede portuária e das instalações de recepção (aliás, já em curso), manipulação e venda do pescado, designadamente no que diz respeito às lotas e às estruturas de frio.

Emprego. — Registam-se dezenas de milhares de desempregados na região (à volta de 100 000, calcula-se grosseiramente). Esta situação tenderá a agravar-se drasticamente na sequência de políticas económicas recessivas que têm como corolário o desemprego. Este cenário é deveras inquietante, na medida em que a reestruturação da indústria têxtil torna improvável ou difícil a criação de novos empregos, surgindo até riscos de libertação de mão-de-obra.

As tensões sociais e as frustrações individuais que este quadro deixa adivinhar, impõem uma política de emprego para a região, acompanhada de uma política de formação profissional.

Quantas vezes a dificuldade de obter um posto de trabalho deriva de não se ter adquirido uma adequada formação profissional.

Calculando-se que todos os anos deveriam ser criados 25 000 novos postos de trabalho na região, vasta e gigantesca parece a dificuldade; é necessário responder à ansiedade de milhares de jovens que todos os anos — tantas e tantas vezes em vão — buscam ansiosamente um emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente com todas as insuficiências e lacunas conhecidas, termino aqui a minha intervenção.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Soares Cruz pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Lage, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já não pode intervir, porque o seu partido esgotou o tempo de que dispunha.

Srs. Deputados, chegámos à hora regimental de encerramento da sessão, mas antes de dar por findos os nossos trabalhos de hoje há que anunciar a entrada na Mesa de alguns diplomas, o que vai ser feito pelo Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 58/III — Lei do Serviço Militar —, que foi admitida e baixou à 7.ª Comissão; proposta de lei n.º 59/III — Estatuto da Condição Militar —, que foi admitido e baixou à 7.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realiza-se na terça-feira dia 14, pelas 15 horas.

Entretanto, o Sr. Deputado Narana Coissoró pretendia interromper-me?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, se V. Ex.ª me dá licença, queria apenas requerer a contagem das presenças para vermos se dispomos do quórum suficiente para funcionamento da Assembleia, sob pena de a ordem do dia da próxima sessão não poder ser agora anunciada.

O Sr. Presidente: — Vamos proceder à contagem dos Srs. Deputados presentes, como V. Ex.ª requere.

Pausa.

Srs. Deputados, feita a contagem verifica-se que estão presentes 66 senhores deputados.

Em todo o caso, anuncioi já a ordem do dia da próxima sessão e comunicá-la-ei aos grupos parlamentares, para que esse anúncio seja feito a todos os senhores deputados.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não havendo quórum a Assembleia não pode funcionar. De modo que, salvo o devido respeito, V. Ex.ª não poderá fazer os anúncios para uma Assembleia que não pode já estar reunida.

O Sr. Presidente: — O, Sr. Deputado, mas a ser assim não haverá sessão na próxima terça-feira, o que não me parece muito regular.

O que interessa é que os Srs. Deputados conheçam a ordem de trabalhos para a próxima sessão do dia 14, e, como disse, ela será comunicada aos vários grupos parlamentares.

O Sr. Deputado João Amaral deseja usar da palavra, para que efecto?

O Sr. João Amaral (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Obviamente que não podemos deixar de lamentar este incidente de fim de sessão que não conduz a nada, mas que apenas revela um espírito de chicana de todo inadmissível.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Presidente tem ao seu dispor todos os meios necessários para convocar a reunião de terça-feira com a ordem do dia que entender, até e porque o artigo 65.º, n.º 2, do Regimento refere «que a ordem do dia será fixada na reunião anterior ou com a antecedência de 24 horas».

V. Ex.ª tem, portanto, todos os meios regimentais para agendar a reunião e ela será realizada na terça-feira com a ordem do dia que é confirmada pela conferência de presidentes dos grupos parlamentares.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência da invocação do artigo 65.º do Regimento que o Sr. Deputado João Amaral fez, aliás correctamente, surgiro ao Sr. Presidente e à Mesa que a ordem do dia da próxima sessão seja fixada e que V. Ex.ª envie essa ordem do dia por telegrama a todos os senhores deputados.

De facto, o n.º 1 do artigo 65.º refere que «em cada reunião plenária será indicada a ordem do dia das duas reuniões subsequentes», e no n.º 2 do mesmo artigo lê-se que «a ordem do dia será fixada na reunião anterior ou com a antecedência de 24 horas».

Por conseguinte, respeitando este prazo e desde que sejam enviados telegramas dirigidos a todos os senhores deputados, poderá naturalmente ser fixada a ordem de trabalhos, ficando assim superado este incidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Presidente interpretará o artigo 65.º da melhor maneira, mas queria protestar contra as palavras do Sr. Deputado João Amaral, do Partido Comunista Português, porque eu apenas exercei o meu direito de pedir a contagem do quórum para o funcionamento da Assembleia.

O PCP entende que isto é chicana. Naturalmente, tudo para o Partido Comunista é chicana, até a própria presença dos deputados nesta Assembleia, desde que não sejam, comunistas o é. Trata-se de uma prática que o PCP adoptou de qualificar tudo o que não lhe agrada de chicana!

Devolvo a chicanisse ao chicaneiro!

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Amaral pede a palavra para que efecto?

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, era para um brevíssimo contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe-me mas já não podemos dar-lhe a palavra para esse fim.

O Sr. João Amaral (PCP): — Então, pretendia interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, pretendia perguntar à Mesa se acha que um representante de um partido que tem neste momento 7 deputados na sala — ou seja, 7 sobre 30 — têm alguma legitimidade para falar em quórum de funcionamento da Assembleia?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Amaral, a Mesa não tem que se pronunciar sobre essa matéria.

Portanto, senhores deputados, a ordem do dia da próxima sessão, a realizar terça-feira dia 14 de Fevereiro, e que será comunicada telegraficamente a todos os senhores deputados com antecedência de 24 horas, de acordo com o Regimento da Assembleia da República, será a seguinte: na primeira parte, apresentação, pelo PCP, do projecto de resolução n.º 19/III — propostas de alteração ao Regimento da Assembleia da República — e início da discussão do projecto de resolução n.º 10/III, apresentado pelo PS e PSD, também sobre alterações ao Regimento da Assembleia da República; e na segunda parte a votação final global do projecto de lei n.º 265/III, apresentado pelo PS, sobre a exclusão da ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez, do projecto de lei n.º 267/III, apresentado pelo PS e PSD, sobre educação sexual e plancamento familiar, e finalmente do projecto de lei n.º 272/III, igualmente apresentado pelo PS e PSD, sobre protecção e defesa da maternidade e da paternidade.

Não haverá período de antes da ordem do dia.

O Sr. Deputado Jorge Lemos pretende usar da palavra, para que efecto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, apenas para fazer um aditamento ao que V. Ex.ª acaba de anunciar. Quanto à primeira parte da ordem do dia da próxima sessão, não se trata apenas da apresentação do projecto de resolução n.º 19/III, mas sim da apresentação do projecto de lei n.º 266/III e dos projectos de resolução n.ºs 19/III e 20/III.

Trata-se de um conjunto de iniciativas apresentadas pelo PCP em simultâneo, anunciadas em conferência e em ofício que foi enviado ao Sr. Presidente como tal, de forma que é uma apresentação conjunta de 3 iniciativas.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Narana Coissoró pretende interpelar a Mesa?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Queria apenas dizer ao Sr. Presidente que V. Ex.ª anunciou informalmente esta Câmara da ordem do dia da próxima sessão, porque a Assembleia não está em funcionamento, de modo que, informalmente também, e por uma questão de lealdade, previno a Câmara e a Mesa de que o CDS irá interpor recurso do agendamento da votação final global dos projectos de lei do aborto para a próxima sessão de terça-feira.

O Sr. Presidente: — Isso significa, Sr. Deputado, que V. Ex.ª deseja que inclua na ordem de trabalhos uma impugnação nesse sentido?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Legalmente, Sr. Presidente, não está ainda incluído, porque só depois de recebermos os telegramas é que saberemos qual é a ordem do dia para a próxima sessão. E isto porque aquilo que V. Ex.ª anunciou fê-lo para uma Câmara legalmente inexistente, pois não se encontra a funcionar com o quórum regimentalmente necessário.

Portanto, quando aparecermos aqui com os telegramas na mão é que faremos essa impugnação, mas se V. Ex.ª entender poderá guardar o tempo para esta impugnação.

O Sr. Presidente: — Está muito bem, Sr. Deputado. Assim será feito.

Em relação à interpelação do Sr. Deputado Jorge Lemos, devo dizer que ao rever a súmula da reunião dos presidentes verificámos que só está realmente indicado o projecto de resolução n.º 19/III, embora o ofício do PCP fale nos 3 projectos que V. Ex.ª referiu. Daí que eles serão, igualmente, incluídos na ordem do dia da próxima sessão.

E, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Francisco Manuel Marcelo Curto.

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Luís António Pires Baptista.

Centro Democrático Social (CDS):

António Gomes de Pinho.

Hernâni Torres Moutinho.

João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS):

Almerindo da Silva Marques.

Amadeu Augusto Pires.

António da Costa.

António Gonçalves Janeiro.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

Edmundo Pedro.

Francisco Augusto Sé Moraes Rodrigues.

João Luís Duarte Fernandes.

José António Borja S. dos Reis Borges.

José Joaquim Pita Guerreiro.

José Luís do Amaral Nunes.

José Luís Diogo Preza.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Maria Margarida Ferreira Marques.

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Nelson Pereira Ramos.

Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Rui Fernando Pereira Mateus.
Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.
Victor Manuel Caio Roque.

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
Carlos Miguel Almeida Coelho.
Fernando José da Costa.
Francisco Jardim Ramos.
Garcia dos Santos Marques de Freitas.
João Maurício Fernandes Salgueiro.
Joaquim dos Santos Pereira Costa.
José Ângelo Ferreira Correia.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Comunista Português (PCP):

António Guilherme Branco Gonzalez.
Carlos Alfredo de Brito.

Domingos Abrantes Ferreira.
Joaquim Gomes dos Santos.
Lino Carvalho de Lima.
Maria Luísa Mesquita Cachado.
Mariana Grou Lanita.
Octávio Augusto Teixeira.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Centro Democrático Social (CDS):

Américo Coelho de Sá.
Francisco António Lucas Pires.
João António de Moraes Silva Leitão.
João Gomes de Abreu Lima.
João Lopes Porto.
José António de Moraes Sarmento Moniz.
José Augusto Gama.
José Vieira de Carvalho.
Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Luís Filipe Paes Beiroco.

OS REDACTORES: *José Diogo — Leonor Ferreira.*

PREÇO DESTE NÚMERO 65\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA